



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO ACADÊMICO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

YURI DE ALCÂNTARA PINTO REBELLO

**A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS “ESPACIAIS” EM
ASSENTAMENTOS PERIURBANOS: uma análise do processo de
constituição do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA**

Belém-PA
Abril de 2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Rebello, Yuri de Alcântara Pinto, 1991-

A Implantação de políticas públicas “espaciais” em assentamentos periurbanos : uma análise do processo de constituição do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA / Yuri de Alcântara Pinto Rebello.— 2017.

Orientador: José Júlio Ferreira Lima

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2017.

1. Assentamentos humanos – Mosqueiro, Ilha do (PA). 2. Assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro, Ilha do, PA). 3. Política pública. 4. Habitação rural – Mosqueiro, Ilha do (PA). 5. Planejamento urbano. I. Título.

CDD 22. ed. 307.1412098115

YURI DE ALCÂNTARA PINTO REBELLO

**A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS “ESPACIAIS” EM
ASSENTAMENTOS PERIURBANOS:** uma análise do processo de
constituição do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro-PA

Dissertação apresentada em cumprimento
às exigências do Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
para obtenção do título de Mestre.

Belém, _____ de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima (Orientador)

Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso.

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais, Madalena e Hiram Rebello, e ao meu irmão, Igor Rebello.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Júlio Lima pelos momentos de partilha, pelas orientações firmes e objetivas que me impulsionaram a seguir em frente e não desistir.

À professora Ana Cláudia Cardoso pela paciência e, principalmente, por suas contribuições e críticas que nortearam o andamento desta pesquisa.

Aos assentados do AMA, especialmente, à D. Maria, D. Helena e Antônio pelo acolhimento e valiosas informações.

Agradeço à minha mãe, Madalena Rebello, por ser minha grande inspiração e exemplo de que a educação e a busca pelo conhecimento valem a pena e são fundamentais para o crescimento do ser humano. Ao meu pai, Hiram Rebello, que se mostra forte e perseverante nas adversidades e me apresenta o sentimento de esperança como melhor recompensa. Ao meu irmão, Igor Rebello, que, por meio do seu jeito, me ensinou a levar a vida de modo mais sereno e tranquilo.

À minha avó, Creuza, por ser exemplo de força, determinação e persistência. À minha madrinha, Maria Helena Brito, pelas sábias palavras e otimismo que me incentivou a enxergar o lado positivo de todas as coisas.

Aos meus amigos, especialmente, ao Alberto Lima, que se mostrou grande companheiro desta jornada e incansável incentivador.

A Deus por se manifestar de diversas maneiras, apresentando sempre o melhor caminho para meu crescimento humano e espiritual.

EPÍGRAFE

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases.

(Rogério Haesbaert)

RESUMO

Esta dissertação trata do processo de constituição do Assentamento Mártires de Abril (AMA), através da atuação de políticas públicas “espaciais” em espaços periurbanos. O assentamento é resultado da ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à área da extinta fazenda de Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), localizada no Distrito Administrativo de Mosqueiro, Pará. Em 2001, o acampamento Mártires de Abril foi beneficiado com a implantação do Projeto Casulo, modalidade do INCRA exclusiva para assentamentos periurbanos. No que se refere à configuração espacial, o AMA está dividido em agrovila e lotes rurais, sendo o primeiro destinado à construção de moradias e o segundo para produção agrícola. Logo após a implantação do projeto, a setorização apresentou significativas limitações ao provocar o movimento de saída dos assentados da agrovila para os lotes agrícolas, marcando a primeira reconfiguração espacial do assentamento. Para melhor entendimento do AMA, se utilizou do método regressivo-progressivo lefebvriano como instrumento para perceber os conflitos mais significativos do assentamento. Por meio desta metodologia, se analisou a atual situação do objeto de estudo, o processo de constituição do AMA desenvolvido pelo INCRA e pela PMB e, por fim, se indicou as perspectivas futuras para o assentamento. Para melhor compreensão e análise do recorte empírico, dividiu-se o objeto de estudo em duas escalas de análise. A primeira corresponde à macroescala que aborda a inserção do assentamento no contexto urbano de Mosqueiro e como a localização do AMA imprime expressões urbanas que dificultam a implantação de políticas locais. A segunda corresponde à microescala de análise, a qual destaca as condições de vida do assentado e a configuração espacial do lote frente à implementação de unidades habitacionais viabilizadas pelo PMCMV Rural. A produção do programa marca a segunda reconfiguração espacial do assentamento, consolidando um novo ordenamento espacial. Diante disso, argumenta-se que a caracterização comumente adotada para o que é rural e o que é urbano, se torna pouco pertinente, na medida em que no caso do AMA, se completam, não podendo ser compreendido separadamente. A partir das análises, se verifica a urgência de incorporação das especificidades do espaço periurbano na elaboração das políticas públicas “espaciais”.

Palavras-chave: Assentamento Mártires de Abril, Projeto Casulo, PMCMVR.

ABSTRACT

This dissertation is about the constitution process of Assentamento Mártires de Abril (AMA), through the action of “spatial” public policy in peri-urban areas. The settlement is result of the occupation of Landless Workers' Movement (MST) to the area of the extinct farm of the Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), located in Mosqueiro Administrative District, Pará. In 2001, the camp Mártires de Abril was benefited with the deployment of the Project Casulo, modality of INCRA that is exclusive for peri-urban settlement. In relation to the spatial configuration, the AMA is divided in agricultural villages and rural lots, with the first for construction purposes and the second the agricultural production. Soon after the project implantation, the sectorisation presented significant constraints by provoking the movements of exit of the settlers from the agricultural villages to the agricultural lots, determining the first spatial reconfiguration of the settlement. For a best understanding of AMA was used the regressive-progressive Lefebvrian methodological tool to notice the most significant conflicts of the settlement. By means of interviews and inroads to the camp, the AMA was divided in two scales of analysis. The first one correspond to the macro-scale that approach the insertion of the settlement on the urban context of Mosqueiro and how the location of the AMA generate urban expressions that difficult the implementation of local policies. The second is related to the micro-scale of analysis, in which is highlighted the life conditions of the settler and the spatial configuration of the lots to the implementation of housing units enabled by the PMCMV Rural. The program production mark the second spatial reconfiguration of the settlement, consolidating a new spatial planning. Therefore, it is argued that the common characterization adopted for what is rural and what is urban, become a little pertinent as far as in the case of AMA, they complement each other, and cannot be understood if separated. From the analysis, it is possible to verify the urgency in the incorporation of the specificities of the peri-urban space in the elaboration of the “spatial” public policy.

Keywords: Assentamento Mártires de Abril, Casulo Project, PMCMVR

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vegetação predominante no AMA	52
Figura 2 - Área do Açude	53
Figura 3 - Travessa de acesso à Agrovila, a partir da Estrada da Baía do Sol	59
Figura 4 - Residência unifamiliar Agrovila	59
Figura 5 - Centro Comunitário localizado na Agrovila	60
Figura 6 - Templos religiosos	69
Figura 7 - Posto de Saúde do Carananduba	70
Figura 8 - Terminal de Integração	70
Figura 9 - Esquema do lote Individual estudado correspondente à Fase I do AMA ..	78
Figura 10 - Segunda residência de madeira e barro	78
Figura 11 - Reunião da Associação	80
Figura 12 - Terceira residência em alvenaria– Estrada do Maraú.....	81
Figura 13 - Tanque de peixe	81
Figura 14 - Galinheiro.....	82
Figura 15 - Estufa.....	82
Figura 16 - Esquema do lote Individual estudado correspondente à Fase II do AMA	83
Figura 17 - Casa de alvenaria autoconstruída.....	85
Figura 18 - Casa do PMCMVR.....	85
Figura 19 - Esquema do lote Individual estudado correspondente à Fase III do AMA	86
Figura 20 - Unidades do PMCMV e Área de produção	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese das escalas de análise utilizada.....	18
Quadro 2 - Síntese do Capítulo II.....	19
Quadro 3 - Síntese Capítulo III.....	20
Quadro 4 - Síntese da revisão bibliográfica	27
Quadro 5 - Grupo I: Modalidades de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.	33
Quadro 6 – Grupo II: Modalidades de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil	34
Quadro 7 - Identificação dos PCA's identificados na SR-01.....	36
Quadro 8 - Faixas de renda do PMCMV (PNHU e PNHR).....	41
Quadro 9 - Meta quantitativa Fase I	43
Quadro 10 - Meta quantitativa Fase II	44
Quadro 11 - Valores dos subsídios fornecidos pelo PNHR.....	47
Quadro 12 - Recurso destinado a cada NB.....	63
Quadro 13 - Orçamento de créditos às famílias do AMA	64
Quadro 14 - Investimento da PMB	64
Quadro 15 - Núcleos Base do AMA	65
Quadro 16 - Síntese das três fases do lote estudado	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do AMA no Distrito de Mosqueiro	51
Mapa 2 - Formação fundiária da poligonal do AMA	54
Mapa 3 - Poligonal final do AMA.	55
Mapa 4 - Configuração espacial AMA.....	56
Mapa 5 - Parcelamento AMA	57
Mapa 6 – Localização e parcelamento ortogonal da Agrovila	58
Mapa 7 - Localização do AMA na área urbana de Mosqueiro.....	67
Mapa 8 - Serviços urbanos da Praça do Carananduba.....	69
Mapa 9 - Localização Lote 16 Irmãos	75

LISTA DE SIGLAS

AMA – Assentamento Mártires de Abril

APROAF - Agroecológica Familiar do Assentamento Mártires de Abril

APROAMA - Associação de Produção dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Mártires de Abril

CA – Coordenação do Assentamento

CC-FGTS - Carta de Crédito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CCU – Controle de Concessão De Uso

CEF – Caixa Econômica Federal

CODEM – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

DAMOS – Distrito Administrativo de Mosqueiro

ECGR – Estudo de Capacidade de Geração de Renda do imóvel

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FETAGRI - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

FLONA – Floresta Nacional

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MST – Movimento Sem Terra

NB – Núcleo Base

PA – Projeto de Assentamento Federal

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PAM - Projeto de Assentamento Municipal

PCA – Projeto Casulo de Assentamento

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PE - Projeto de Assentamento Estadual

PFP – Projeto de Assentamento de Fundo de Pasto

PMB – Prefeitura Municipal de Belém

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMVR – Programa Minha Casa Minha Vida Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PRB - Projeto de Reassentamento de Barragem

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSHR - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social Rural

RA – Reforma Agrária.

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reservas Extrativistas

RMB – Região Metropolitana de Belém

SECON – Secretaria de Economia

SR – Superintendência Regional

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TABA – Transportes Aéreos da Bacia Amazônica

TRQ – Território Remanescentes Quilombola

TS - Trabalho Social

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE QUADROS.....	9
LISTA DE MAPAS.....	10
LISTA DE SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	14
OBJETIVOS.....	16
HIPÓTESE.....	16
METODOLOGIA.....	16
ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	19
CAPÍTULO I – A questão periurbana na Amazônia e as Políticas Públicas.....	21
1.1 A urbanização difusa na Amazônia e a questão Periurbana.....	21
1.2. O INCRA e os Projetos de Assentamentos Rurais.....	30
1.3. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	40
1.4. Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMVR).....	44
CAPITULO II – Origem e trajetória do PCA Mártires de Abril.....	48
2.1. Contexto urbano de Mosqueiro, PA.....	48
2.2. Acampamento e Origem do Assentamento Mártires de Abril (AMA).....	49
2.3. A implantação do PCA Mártires de Abril.....	51
2.4. Configuração Espacial.....	57
2.5. Organização Política, Social e Produtiva.....	62
CAPÍTULO III – Reflexões sobre as políticas públicas “espaciais” e o ambiente construído do AMA.....	67
3.1. Macroescala: o PCA Mártires de Abril e a Expressão Urbana.....	67
3.2. Microescala de Análise: O PMCMV e a consolidação do lote rural.....	74
3.3. Perspectivas para o AMA.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	99
ANEXO B – PLANTAS DISPONIBILIZADAS PELA CODEM.....	100

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o processo de constituição do Assentamento Mártires de Abril (AMA), localizado no distrito de Mosqueiro, Pará, através da aplicação das políticas públicas “espaciais” do Projeto Casulo de Assentamento (PCA), viabilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMVR).

A partir do panorama de concepção e caracterização das políticas públicas “espaciais”, do entendimento da complexa urbanização e da dinâmica periurbana presente na região, busca-se refletir sobre as limitações de gestão destas políticas no que se refere à escassez de discussão sobre o fenômeno periurbano e à dificuldade de implantação de políticas públicas locais e nacionais.

O assentamento é fruto da ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS) à área da extinta fazenda de propriedade da empresa Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA). Mosqueiro se apresentou como cenário propício para ocupação, por causa de sua proximidade à capital, pelo mercado consumidor e pela infraestrutura para escoamento da produção.

O resgate histórico da formação do AMA se deu por meio da leitura do projeto de constituição do PCA Mártires de Abril, fornecido como fonte de pesquisa pelo INCRA-PA. Diante disso, a investigação está pautada neste documento desenvolvido em parceria com o governo federal e municipal.

O AMA foi criado em outubro de 2001 e se apresenta como o primeiro projeto de assentamento da modalidade Casulo a ser implantado no estado do Pará. O Projeto Casulo é uma modalidade do INCRA destinada à criação de assentamentos periurbanos, a qual é caracterizada pela proximidade aos centros urbanos e pela parceria entre o governo federal e municipal. No entanto, a modalidade apresenta limitação quanto à discussão sobre espaços periurbanos, visto que o objetivo da modalidade é o planejamento interno do assentamento e a inserção no contexto urbano fica em segundo plano. A escassez de discussão sobre a periurbanidade reflete na adoção de um parcelamento precipitado do assentamento que se mostrou inapropriado para o AMA.

Devido à sua localização numa área que não é tipicamente rural e tampouco urbano, o assentamento está sujeito à condição periurbana, entendido como

assentamento híbrido que, na sua configuração interna mostra, simultaneamente, características urbanas e rurais, o que por si marca uma característica peculiar do habitat amazônico, na medida em que os usos rurais e urbanos se entrelaçam.

Através da regressão-progressão de Lefebvre (1995) como instrumento metodológico se observa inserção do assentamento dentro do contexto urbano de Mosqueiro e como o distrito influencia a dinâmica interna do assentamento. Ao olhar de dentro, o AMA se apresenta como um assentamento rural permeado de urbanidade, a qual é expressa pela relação com as vicinais de acesso ao assentamento, pelos serviços e equipamentos urbanos disponíveis no entorno, bem como na adoção do trabalho urbano como segunda fonte de renda.

O interesse por este objeto de estudo foi motivado inicialmente pela implantação do PMCMV Rural em Mosqueiro. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, as problemáticas do assentamento se mostraram mais profundas, sendo estas originadas a partir do ordenamento territorial do Projeto Casulo de Assentamento e pela localização no entorno urbano dentro do distrito de Mosqueiro.

Através de entrevistas, incursões a campo, pesquisa documental e leitura do processo burocrático de constituição do AMA foi possível compreender a complexa história do assentamento, a qual se molda a partir da ação e da inação de políticas públicas em diferentes temporalidades e escalas. A inserção do assentamento dentro do contexto urbano de Mosqueiro e de Belém, a escassez de discussão sobre a dinâmica periurbana nas elaborações das políticas públicas “espaciais” nacionais e os conflitos contemporâneos enfrentados pelos assentados motivaram o desenvolvimento desta dissertação.

Ao analisar numa perspectiva externa ao assentamento, ou seja, do ponto de vista estatal, enxerga-se um assentamento de produção agrícola inserido no contexto urbano e bem integrado ao distrito por meio de vicinais. Ao se limitar à visão tecnicista, restrita e simplista acerca do assentamento, o Estado exclui as práticas socioespaciais do AMA que se apresentam de forma diversa, complexa e singular.

Ao excluir tais experiências, o poder público ignora o conjunto de dinâmicas sociais e espaciais que se manifestam, a partir da atuação do próprio Estado, visto que este é o responsável pela elaboração das políticas. Falar de política pública no assentamento é falar de constantes conflitos causados por políticas desassociadas

que se contradizem constantemente e por ignorarem a heterogeneidade do assentamento.

OBJETIVOS

Constitui-se como objetivo geral do trabalho:

- Analisar o ordenamento territorial e a gestão da política “espacial” do INCRA e do programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida (PMCMV) diante da condição periurbana do Assentamento Mártires de Abril (AMA) no distrito de Mosqueiro, Pará.

Este objetivo geral é **subsidiado** pelos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar a questão periurbana da Amazônia e apresentar as políticas públicas “espaciais” do Projeto Casulo de Assentamento (PCA – INCRA) e do PMCMV atuantes no AMA.

- Apresentar a origem e a trajetória do AMA, através da implantação do Projeto Casulo de Assentamento Mártires de Abril.

- Refletir sobre as limitações das políticas públicas “espaciais” do PCA e do PMCMVR na dinâmica periurbana da Amazônia.

HIPÓTESE

- A forma espacial do AMA em Mosqueiro, Pará, em sua composição híbrida, onde rural e urbano se misturam, aponta limitações na política de assentamentos do INCRA e na produção de moradia do PMCMV Rural.

METODOLOGIA

Para a compreensão da trajetória, consolidação e dificuldade de aplicabilidade de políticas públicas no contexto amazônico e, especificamente, no Assentamento Mártires de Abril, aborda-se a urbanização difusa da Amazônia para esclarecer a questão periurbana do assentamento. Utiliza-se do método regressivo-progressivo lefebvriano como instrumento metodológico para compreensão do ambiente construído do AMA e indicação de perspectivas para o assentamento.

Acerca da metodologia aplicada nesta pesquisa, Souza (2009) destaca basicamente três momentos distintos: descrição do visível, análise regressiva e a progressão genética. O primeiro trata de uma observação inicial da complexidade horizontal por meio da teoria do pesquisador. O segundo especifica as temporalidades existentes, decompondo a realidade na tentativa de datar cada relação social exposta. Por último, a progressão genética pode ser definida como o reencontro com o presente, refletindo um presente esclarecido, compreendido e explicado.

De acordo com o mesmo autor, se percebem duas complexas direções de análise da realidade social: horizontal e a vertical. A horizontal se refere à diversidade espacial, enquanto a vertical se preocupa com a identificação do tempo de cada relação social, desdobrando-se em espacialidades e temporalidades desconstruídas e coexistentes.

“Desta forma, estuda as particularidades do presente a partir das heranças do passado, assim como indica possibilidades para o futuro (...) o método regressivo-progressivo inicia do presente e volta ao passado para recortar acontecimentos que precederam e elucidam o presente. Depois, faz o movimento contrário na tentativa de revelar todas as possibilidades (virtualidades) contidas no momento atual.”.
(SOUZA, 2009, p.3)

Para entender o processo de constituição do assentamento foram utilizadas duas escalas de análise. A primeira se refere à Macroescala que aborda questões espaciais acerca da construção da área do assentamento, do processo de constituição e do contexto urbano do distrito. A segunda corresponde à Microescala de análise que trata do ambiente construído do assentamento, ou seja, das diferentes reconfigurações e temporalidades do AMA analisadas, a partir da perspectiva interna do mesmo. Utilizou-se a interpretação das relações sociais reproduzidas no espaço do assentamento para elucidar como o AMA é afetado pela atuação das diferentes políticas públicas no assentamento.

Quadro 1 - Síntese das escalas de análise utilizada

ESCALA DE ANÁLISE	ABORDAGEM
Macro	- Contexto Urbano de Mosqueiro - Elaboração, criação e implantação do PCA Mártires de Abril
Micro	- Ambiente construído do lote - Atuação do PMCMVR - Expressões de urbanização no AMA.

Realizou-se a primeira visita ao assentamento para conhecimento da realidade local, levantamento fotográfico e estabelecimento de contato com as lideranças comunitárias. Após a primeira incursão a campo e por meio de conversas informais com os assentados, foram levantadas diversas problemáticas relacionadas à localização do assentamento dentro do contexto urbano do distrito e à implementação do PMCV Rural. Diante deste panorama, realizou-se a pesquisa documental no INCRA e na CODEM para explicar o processo de constituição do assentamento.

Em seguida, buscou-se suporte teórico para explicar a análise do assentamento e fundamentar a dissertação. Foi elaborado um roteiro de questionário para entrevistas, a fim de caracterizar os assentados e se aprofundar na dinâmica periurbana em que o assentamento está imersa.

Para melhor resultado sobre a configuração socioespacial do assentamento, esta dissertação se dedicou a estudar o lote Dezesesseis Irmãos, de propriedade de D. Maria. Maria coordena uma Associação de vinte integrantes que desenvolve o trabalho coletivo e através desta configuração social e produtiva, foi possível dar entrada à CEF para implementação do PMCMV Rural no assentamento em 2014.

A propriedade rural em questão foi escolhida por sintetizar as diferentes fases do assentamento e representar as principais problemáticas derivadas das políticas públicas “espaciais”, principalmente àquelas ligadas ao PMCMV Rural.

O conjunto destas ferramentas possibilitou observar e interpretar a relação homem x lugar e como esta se reproduz no espaço, alterando constantemente a configuração socioespacial do assentamento. Perceber o assentamento aos olhos do assentado possibilitou enxergar problemáticas invisíveis ao olhar tecnicista e

rígido estatal na elaboração e execução das políticas públicas para estes assentamentos.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo aborda questões teóricas sobre a urbanização difusa na Amazônia para explicar o fenômeno da periurbanização e, conseqüentemente, a complexidade de implementação de políticas públicas nacionais na região amazônica e, principalmente, em assentamentos humanos, como é o caso do AMA. Após este pressuposto, se apresentam as políticas do INCRA e do PMCMV, responsáveis pela implementação do Projeto Casulo e pelo atual remodelamento socioespacial do assentamento, respectivamente.

O segundo capítulo trata do contexto urbano de Mosqueiro e a construção do AMA, desde o acampamento até a implantação Projeto, em outubro de 2001, até a desarticulação, em 2005/2006. No que se refere ao parcelamento do assentamento, se destaca o tipo ortogonal, em forma da agrovila, e a disposição dos lotes de trabalho rural na beira de pista. O ano de 2005 e 2006 é marcado pelo conflito de lideranças no assentamento que causou a desarticulação social e produtiva dos NB, sendo estes substituídos por associações independentes.

Quadro 2 - Síntese do Capítulo II

Acontecimento	Conf. Espacial	Org. Social e Produtiva	Atividades Exercidas	Observações
- 1999: ocupação e acampamento. - 2001: implantação do PCA. - 2005/2006 – Desarticulação dos NB.	10 Lotes Rurais e Agrovila	10 Unidades Produtivas de trabalho coletivo e semicoletivo.	Início da produção agrícola e criação de pequenos animais para subsistência	Logo após a implantação do projeto, se inicia o movimento de saída da agrovila para lotes agrícolas.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

O último capítulo busca refletir a atuação das políticas públicas “espaciais” no assentamento, através de duas escalas de análise. A primeira se refere à Macroescala de análise que trata do AMA dentro do distrito de Mosqueiro, destacando a influência da centralidade da Praça do Carananduba sobre a dinâmica periurbana do assentamento. A segunda corresponde à Microescala de análise, tendo como recorte empírico o lote rural 16 Irmãos. Analisa-se a consolidação dos

lotes rurais como parcelamento mais adequado para o assentamento, sendo este confirmado pela implantação do PMCMV Rural. No que se refere à implantação do programa, destaca-se as problemáticas e limitações gestionárias ao tratar da sua atuação em assentamentos periurbanos.

Quadro 3 - Síntese Capítulo III

Acontecimento	Conf. Espacial	Org. Social e Produtiva	Atividades Exercidas	Observações
- Produção agrícola por Associações e/ou individualizada. - Consolidação do parcelamento em lotes individuais - 2014: Implementação do PMCMV Rural.	Lotes individuais independentes da Agrovila	Trabalho coletivo e semicoletivo, por meio de Associações independentes.	Produção agrícola e criação de animais, comercialização da produção e participação de feiras orgânicas locais e nacionais.	Remodelamento espacial, a partir da implementação do PMCMV Rural e patrimonialização das unidades habitacionais e da terra

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

Por meio destes diferentes acontecimentos, percebe-se as limitações técnicas e conceituais que o processo de construção do assentamento apresentou. Para análise mais próxima da realidade, utiliza-se da percepção para apreender as diferentes experiências que os assentados têm em relação ao lugar vivido. Os assentados, enquanto agentes espaciais, modificam o assentamento de acordo com as suas demandas, moldando o AMA a partir do contexto urbano em que está inserido.

CAPÍTULO I – A questão periurbana na Amazônia e as Políticas Públicas

1.1 A urbanização difusa na Amazônia e a questão Periurbana

No caso da região amazônica, a urbanização é resultado de diferentes processos e dinâmicas socioespaciais que se iniciaram com as sociedades existentes antes da chegada dos colonizadores portugueses. Estas sociedades foram responsáveis pela formação socioespacial e por uma configuração de território que foi alterada a partir do século XVII, sendo substituída, não completamente, por um novo modelo de ocupação europeu. (TRINDADE JUNIOR, 2015a).

Conforme o mesmo autor, os primeiros núcleos de povoamento dos colonizadores não eram difusos, mas estavam dispostos ao longo dos rios, principalmente em pontos estratégicos que serviam de entrepostos para o armazenamento e à distribuição dos produtos extraídos da floresta. Neste padrão de ocupação, destaca-se o papel das vias fluviais que eram fundamentais para circulação de mercadorias, pessoas e informações. Este ordenamento territorial se caracteriza por ser do tipo dendrítico.

Para Ribeiro (2012) a região se desenvolveu de forma desigual e combinada, gerando duas formas de rede urbana: padrão complexo e padrão dendrítico. No que se refere aos padrões de ordenamento territorial, Corrêa (2006) conceitua:

as redes urbanas com formas complexas são aquelas caracterizadas pela existência, na hinterlândia de uma dada cidade regional importante, de diversos padrões locacionais de centros – confluência de rios, contato entre áreas de produção diferentes, localização portuária etc. [...] A rede dendrítica é a forma espacial mais simples da rede urbana, especialmente nos países de passado colonial. Caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz localizada excentricamente à hinterlândia, geralmente junto à embocadura de um rio navegável. (CORRÊA, 2006, p. 38-39).

A partir do século XIX, observa-se uma mudança no padrão com o surgimento de ferrovias como alternativas para circulação regional e, conseqüentemente, se observa o crescimento de cidades em função destas ferrovias e do processo de colonização agrícola. Trindade Junior (2015a) aponta o período de produção da borracha como início de outras formas de organização espacial da região.

Neste momento, a Amazônia conviveu com um padrão de ocupação predominantemente dendrítico, mas com alterações nas suas bordas a partir das estradas de ferro, como a Belém-Bragança, Madeira-Mamoré e a Estrada de Ferro Tocantins, combinando-se com uma nova ordem espacial

que timidamente começava a se desenhar, de caráter mais reticular, com a ocupação da terra firme e a presença de colônias agrícolas. (TRINDADE JUNIOR, 2015a, p.313).

Ao mesmo tempo em que novos núcleos urbanos se desenvolviam ao longo das estradas de ferro, destaca-se o início do desenvolvimento de Mosqueiro. A ilha se tornou local atrativo aos europeus que moravam e trabalhavam em Belém durante a exploração da borracha e passaram a construir suas casas de veraneio na ilha, atraídos pela beleza natural e praias de água doce (FERREIRA, 2012a).

Este ordenamento territorial sofre alterações, conforme Belém vivencia seu processo de metropolização. A década de 1960 marca a chegada de novas frentes de expansão econômica que seriam responsáveis por inserir a região numa nova divisão territorial do trabalho em nível internacional. Destaca-se a atuação do Estado e do grande capital na reestruturação do espaço amazônico, inaugurando uma fase de rápida ocupação através de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios com presença de empreendedores, especuladores e migrantes, que, intermediados pelas ações intencionais do Estado, definiram nova ordem imposta ao território.

A partir da integração da Amazônia ao país, muitas transformações ocorreram e um dos fatores que contribuiu para isso foram as aberturas das rodovias, como por exemplo, Transamazônica, Belém-Brasília e, no caso de Mosqueiro, a rodovia Augusto Meira Filho (PA-391) e da ponte Sebastião de Oliveira que redefiniram os fluxos e induziram para o surgimento de novos núcleos urbanos.

É a partir desta política de integração da Amazônia ao cenário nacional e mundial que a reestruturação do espaço regional passa a ser redefinida. Trindade Júnior (2015b) reconhece e relaciona a urbanização difusa na Amazônia a processos mais gerais que parecem estranhos à região por não potencializar seus atributos geográficos e socioculturais, ao passo que tais processos tendem a inserir a região em modelos econômicos e políticos de ordenamento territorial concebido fora do espaço regional e que atendem a interesses distantes das demandas sociais locais.

A partir dos anos 1960, se destaca a presença do grande capital e do Estado que, através de infraestrutura e de vários benefícios, incentivou a rápida ocupação da região em que a presença de empreendedores, especuladores e migrantes

definiram uma nova ordem imposta ao território. A urbanização difusa que se verifica, a partir deste reordenamento territorial, para além dos rios, representa, nesse contexto, a projeção e difusão do fenómeno urbano em nível espacial mais amplo (TRINDADE JUNIOR, 2015a).

As cidades integram uma lógica intencional ou espontânea de ordenamento territorial e são pressupostos para nova configuração regional. (MACHADO, 2000). Nesse novo contexto, algumas expressões de urbanizações precisam ser consideradas, dadas as suas respectivas importâncias, para diferenciação interna do espaço amazônico.

Segundo Becker (2004), o processo de urbanização difusa decorrente das políticas territoriais define pelo menos quatro sub-regiões: (A) Amazônia centro-oriental, comandada por Belém. (B) Amazônia ocidental, comandada por Manaus, (C) Amazônia oriental, comandada por São Luís e (D) Amazônia meridional, comandada por Cuiabá.

Inseridas ainda na ideia de região-programa previsto pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 1966, cada região foi configurada em relação a um centro urbano de maior peso na rede urbana regional. Mesmo o processo de metropolização esteja presente com processos similares nas macrorregiões, chama atenção as particularidades que as referidas metrópoles guardam em face de suas sub-regiões

A regionalização concebida por polos¹ foi responsável pelo surgimento de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes que culminaram na reconfiguração da malha municipal. A difusão de valores urbanos fez reconhecer o processo de substituição de “cidades da floresta” para “cidades na floresta” que ganharam força na política de integração regional. (TRINDADE JUNIOR, 2015b)

¹ As estratégias de desenvolvimento e de difusão da urbanização por todo território regional tendem a se assentar em pelo menos três principais modelos de ordenamento do território que, não obstante a continuidade existente entre eles sugerem geometrias bem diferenciadas: os pontos (polos de crescimento), linhas (eixos de integração) e as zonas (malha ambiental). (TRINDADE JUNIOR, 2015a).

As cidades que surgem a partir da segunda metade do século XX e os novos valores urbanos que substituem os já estabelecidos há mais tempo, tendem hoje, muito mais que no passado, a se articular principalmente às demandas externas à região, negando a potencialidade da floresta, do ponto de vista dos seus atributos ecológicos e em relação aos valores culturais ela enraizados reconhecendo-a principalmente como fonte de recursos para fins de exploração econômica. (TRINDADE JÚNIOR, 2015b, p.101).

Para tratar sobre urbanização difusa, Trindade Junior (2015b) estabelece a diferenciação e correlação deste conceito com a dispersão urbana. Conforme o autor, a dispersão urbana se refere à dispersão da mancha urbana que ocorre de forma mais expressiva nos dias de hoje em espaços metropolitanos e que, também, já se apresenta de outras formas em espaços não metropolitanos. Conforme o mesmo autor, novas formas se desenvolvem não apenas por meio do adensamento e verticalização, mas também por movimentos de expansão horizontal e de dispersão da malha adensada. O processo de modernização da sociedade e das diferentes estratégias de acumulação de capital se materializam pela complexidade de usos e de formas de apropriação do espaço.

Tais processos se materializam pela complexidade de usos e de formas de apropriação do espaço, cujas frações que definem uma unidade espacial, não são necessariamente contínuas e contíguas do ponto de vista locacional. Constituem, verdadeiramente, uma unidade funcional e de fluxos contínuos, não intermitentes, posto que concentração não implica forçosamente em mancha urbana única, mas, principalmente, intensidade de fluxos entre espaços relativamente próximos. (TRINDADE JÚNIOR, 2015b, p.95).

Por outro lado, Trindade Júnior (2015b) define a urbanização difusa como:

(...) a projeção desse processo em nível regional e territorial mais amplo, colocando-se para além das principais aglomerações urbanas mais concentradas e alcançando outros espaços até então pouco marcados pela instalação da vida urbana moderna. (TRINDADE JÚNIOR, 2015b, p.95).

Pode-se iniciar a definição de urbano de Lefebvre a partir da ideia de “campos” e de sua diferenciação espaçotemporal através dos campos rural, temporal e urbano que vão além da representatividade, abrangendo percepções e sensações de espaço tempo etc. Para Souza (2009), o espaço envolve contradições da realidade à medida que este é um produto social, sendo assim, o espaço passa a ser uma mercadoria que se abstrai, enquanto mundo, traduzindo as diferenças e particularidades contextuais.

A partir desse raciocínio Lefebvre (1974) deduz que o espaço traduz um conjunto de diferenças, ou seja, é o lócus de coexistência da pluralidade e

das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana. Contudo, não descarta a ideia de que o espaço também é o lugar dos conflitos, onde a exploração subordina não apenas a classe operária como outras classes sociais. (SOUZA, 2009, p.5)

O campo-urbano nasce de um processo de implosão-explosão da experiência da cidade gestada no campo industrial. O crescimento desmedido das cidades passa a não suportar mais a alta concentração de população, objetos, relação do fenômeno urbano, acarretando a explosão do urbano numa escala mundial. Nesse processo são redefinidas e não negadas/suprimidas as relações de fronteiras entre cidade-campo e centro-periferia, criando novas centralidades e novas segregações. Isso significa dizer que Lefebvre imaginou a extensão do tecido urbano e não a supressão do campo. A extensão subordina o campo à dinâmica da produção/reprodução capitalista. (CARDOSO, 2012).

Essas estratégias do ordenamento territorial impulsionam a difusão da sociedade urbana para além das principais aglomerações populacionais, alcançando outros espaços até então pouco marcados pela instalação da vida urbana moderna.

Neste processo dialético a forma-conteúdo do urbano transcende a da cidade, avançando sobre antigas realidades como as do campo e as das próprias cidades existentes, sem as anular, mas recriando-as, subordinando-as, como é o caso do desenvolvimento das periferias e das hiperperiferias e das áreas periurbanas que se constituem cada vez mais em zonas de transição demarcadas pelo avanço crescente do urbano sobre o campo (...) redefinindo a relação cidade-campo que não desaparece, mas subordina-se à relação urbano-rural. (CARDOSO, 2012, p. 33).

Ao associar tal processo (de urbanização difusa) à tese de Sociedade Urbana e da Urbanização Completa a [urbanização difusa] mostrou ser uma tendência do mundo contemporâneo moderno, hoje virtual e amanhã: real. (TRINDADE JUNIOR, 2015b).

Tendo como pressuposto o processo da urbanização difusa como sendo a difusão da sociedade urbana, Lefebvre (1999) ressalta que o modo de vida urbano não se restringe à forma espacial da metrópole. Para Lefebvre (1999), a sociedade urbana se manifesta e se torna relevante em formas urbanas não metropolitanas, bem como espaços tidos como não-urbanos, referindo-se à ideia de “planetarização do urbano”.

Lencioni (2003) trata de um processo de metropolização, porque há espaços metropolizados que, no sentido de que assimilam conteúdos metropolitanos, sem que necessariamente estejam integrados aos perímetros geográficos convencionais das metrópoles.

Para Santos (2013) a urbanização difusa é também considerada meio e produto da acumulação de capital no atual momento histórico.

Dizemos com isso que dispersão urbana, em nível metropolitano, juntamente com a urbanização difusa, em nível regional e no território nacional, não fazem parte de processos diferentes e que se contrapõem. Pelo contrário, integram um movimento único de acumulação de capital no conjunto do território, no interior do qual o urbano se torna condição de realização desse mesmo processo de acumulação; daí apresentar-se, em sua forma fenomênica, de um lado, como concentração em determinados pontos do território, e, de outro, como difusão em espaços pulverizados por todo território nacional. (TRINDADE JÚNIOR, 2015, p.96).

Assim como Lefebvre (1999), Monte-mor (2014) compreende a “urbanização extensiva” como a própria projeção da sociedade urbana. Trata-se de um conjunto de manifestações do urbano que levam ao predomínio da cidade sobre o campo, materializando-se de diversas maneiras, a exemplo da segunda residência, da rodovia, presença de supermercado. Todos esses elementos integram o tecido urbano, que se pode apresentar mais ou menos denso, espesso e ativo, a ponto de gerar novas formas espaciais e, possível, desaparecimento das outras. (LEFEBVRE, 1999).

Monte-mor (2004) define a urbanização extensiva como a forma socioespacial que expande as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) por sobre o espaço regional articulando o urbano e o rural numa única e (virtualmente) integrada forma urbana, carregando especificidades de polis e civitas: a práxis urbana, a política e a cidadania. A urbanização que estende sobre novas e velhas regiões, resulta em combinações diversas e distintas de processos e formas socioespaciais que representam além de manifestações locais e elementos hegemônicos dos centros urbanos industriais. Expressam particularidades de práticas tradicionais recriadas pela necessidade imediata.

Browder e Godfrey (2006) defendem um pluralismo conceitual na discussão sobre o espaço amazônico, por causa da complexidade que seu processo de

urbanização revela. A heterogeneidade e a complexidade do processo de urbanização amazônico contribuem para diferenciação interna do espaço amazônico. Segundo os mesmos autores, a urbanização da região é resultado de uma mistura de formações microssociais híbridas, em razão da diversidade de assentamentos humanos e seus sistemas próprios e com marcantes diferenças entre eles.

Os autores sugerem uma teorização chamada de “urbanização desarticulada”, baseando-se no fato de que se trata de um espaço social heterogêneo constituído por diversos grupos étnicos e sociais incapazes de serem interpretados por um único conceito ou princípio mestre. Seus sistemas polimorfos e irregulares de cidade apresentam funções diferencialmente articuladas com a economia mundial, em que a expansão agrícola e o desenvolvimento industrial não se dão de forma generalizada, mas pontual, ainda que o crescimento da população seja notado em toda região. (BROWDER; GODFREY, 2006).

Oliveira (2000) fala de “urbanização na selva”. Para este autor, a fronteira amazônica já nasce urbana. Na Amazônia a cidade surge no início e não como resultado de um processo. Nesta região, a fronteira já nasce urbana não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pelo predomínio do urbano como estilo de vida que se estabelece e tende a predominar. (OLIVEIRA, 2000).

Quadro 4 - Síntese da revisão bibliográfica

Autor	Conceito
Lefebvre (1999)	Novas formas do urbano modo de vida urbano
Trindade Junior (2015)	atuação do Estado e do grande capital na reestruturação do espaço amazônico (anos 1960s em diante)
Monte Mor (2004)	Urbanização Extensiva
Browder e Godfrey (2006)	Pluralismo na discussão do espaço amazônico
Vale e Gerardi (2006)	Espaço Periurbano
Oliveira (2000)	Urbanização na Selva

Fonte: organizado pelo autor, 2017

Diante da heterogeneidade e da complexidade do processo de urbanização amazônica, destacam-se as áreas periurbanas como produto do fenômeno urbano e local de manifestação da sociedade urbana. A partir desta perspectiva, se busca analisar a atuação de políticas públicas espaciais em espaços periurbanos no distrito de Mosqueiro, através do ambiente construído do AMA.

Mosqueiro se mostra como espaço diverso, em que a urbanização da ilha assume características peculiares. Para Ferreira (2012a), a urbanização do distrito não foi impulsionada pela migração de pessoas do campo ou de outras regiões do país, mas, pela edificação de moradias de uso ocasional desde o final do século XIX. Tradicionalmente, a ilha se desenvolveu a partir de uma dinâmica socioespacial voltada para o turismo e à segunda residência. A ilha foge à definição de rural enquanto produção essencialmente agrícola, visto que Mosqueiro é utilizada como espaço de lazer dentro da RMB.

A diferente formação socioespacial do distrito representa uma das particularidades da urbanização da região amazônica. Diante disso, se evidencia a necessidade de considerar as singularidades dos municípios brasileiros durante a elaboração de projetos de assentamentos frutos de reforma agrária, a fim de garantir que as realidades vividas pelos assentados sejam incorporadas tanto no plano de elaboração quanto de execução destes territórios.

Ribeiro (2012) destaca que o que se tem na prática é o paradoxo entre o reconhecimento e não reconhecimento da diversidade socioespacial e da população dos municípios brasileiros que veem suas dinâmicas socioespaciais diversas sendo homogeneizadas no âmbito do planejamento urbano, através das representações que se criam desses espaços que desconsideram as relações simbólico-materiais dos sujeitos que neles estão presentes.

Trindade Junior (2015) destaca a importância de atentar para as experiências de vidas urbanas na região que ainda dinamizam pontos importantes da ordem interna das cidades. “Há experiências e práticas socioespaciais, normalmente inviabilizadas pelas políticas oficiais, que merecem ser lidas e reconhecidas. Isso porque a vida cotidiana presente em diversas cidades amazônicas oferece possibilidades e potencialidades” (TRINDADE JÚNIOR, 2015, p.104).

Para tratar de políticas públicas espaciais para região amazônica é necessário falar sobre a diversidade do urbano na Amazônia. Como exposto anteriormente, a urbanização da região chama atenção para as particularidades que deveriam ser incorporadas nas políticas espaciais pensadas para o território nacional. Neste sentido, o termo diversidade se apresenta como eixo norteador na reflexão da política urbana e habitacional na Amazônia que remete a uma realidade que não é diversa apenas espacialmente, mas também em suas relações sociais que se criam, imbricam e se metamorfoseiam na construção de uma dinâmica socioespacial singular, na particularidade de seus municípios. (RIBEIRO, 2012).

Nesse sentido, pensar a diversidade regional é fundamental não apenas para a compreensão da diversidade dos municípios brasileiros, mas também, e principalmente, para refletir sobre o papel de uma política urbana e nesse caso habitacional, que permita a aproximação entre o plano da concepção do planejamento urbano e a realidade vivida dos sujeitos que materializam essa concepção na sua realidade cotidiana. (RIBEIRO, 2012, p.228)

Ao tratar de políticas públicas espaciais, se sabe que estas não contemplam a diversidade regional, tampouco a diversidade entre os municípios brasileiros. No caso do objeto de estudo deste trabalho, vale ressaltar o contexto urbano do Distrito Administrativo de Mosqueiro. O AMA está integrado ao distrito através de duas importantes estradas: Estrada do Paraíso e estrada da Baía do Sol. Além da integração à malha urbana, o assentamento está localizado próximo à Praça do Carananduba, importante centralidade do distrito, onde se localizam variados serviços e equipamentos urbanos. A integração do assentamento por meio das estradas aliada à proximidade da praça, conferem ao assentamento uma localização em que se percebem, simultaneamente, características rurais e urbanas. Esta simultaneidade caracteriza a zona periurbana, consequência da proximidade de um núcleo urbano que, por sua vez, é resultado da urbanização difusa abordada anteriormente.

Para Lefebvre (1999), a centralidade como propriedade fundamental do espaço urbano. “É a centralidade que possibilita, enquanto potência, a reunião de todas as diferenças no espaço urbano, a concentração em um dado centro da diversidade das relações que constituem a vida urbana” (CARDOSO, 2012, p. 35).

Para Espanha (1991, apud VALE; GIRARDI, 2006) o emprego do termo periurbano, na geografia, possui um sentido mais amplo sendo utilizado para as áreas em que ocorre o crescimento periférico, bem como os usos urbanos e agrícolas se misturam, formando uma zona de transição entre a cidade e o campo. A autora considera estes espaços como plurifuncionais, que se submetem a grandes e rápidas transformações econômicas, sociais e físicas, além de possuírem um dinamismo marcado pela proximidade de um núcleo urbano.

Obviamente sabemos que a mistura de usos do solo não é um aspecto exclusivo do espaço periurbano, mesmo porque é bastante comum a presença de práticas agrícolas em terrenos urbanos ou a implantação de indústrias em áreas rurais. A questão é que, no espaço periurbano, a intensificação dessa mistura é tamanha que dificulta a separação entre rural (ou agrícola) e urbano. Isso implica que a dinâmica periurbana tenha características próprias, daí consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano. (VALE; GERARDI, 2006, p.237)

No caso do AMA, pensar a periurbanização é questionar as políticas espaciais aplicadas a este assentamento. A principal problemática está no distanciamento entre a realidade vivida e a implantação de políticas públicas espaciais. Tais políticas impõem um padrão rígido, institucionalizado e pensado a partir de realidades estranhas à da Amazônia que desconsideram a diversidade socioespacial, a qual deveria ser o princípio destas políticas.

1.2. O INCRA e os Projetos de Assentamentos Rurais

O INCRA é criado em 1977, a partir da fusão entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Atualmente, o INCRA é uma autarquia federal de administração pública responsável por implementar a política de Reforma Agrária, realizar o ordenamento fundiário nacional, manter o cadastro nacional de imóveis rurais atualizado e administrar as terras públicas da União.

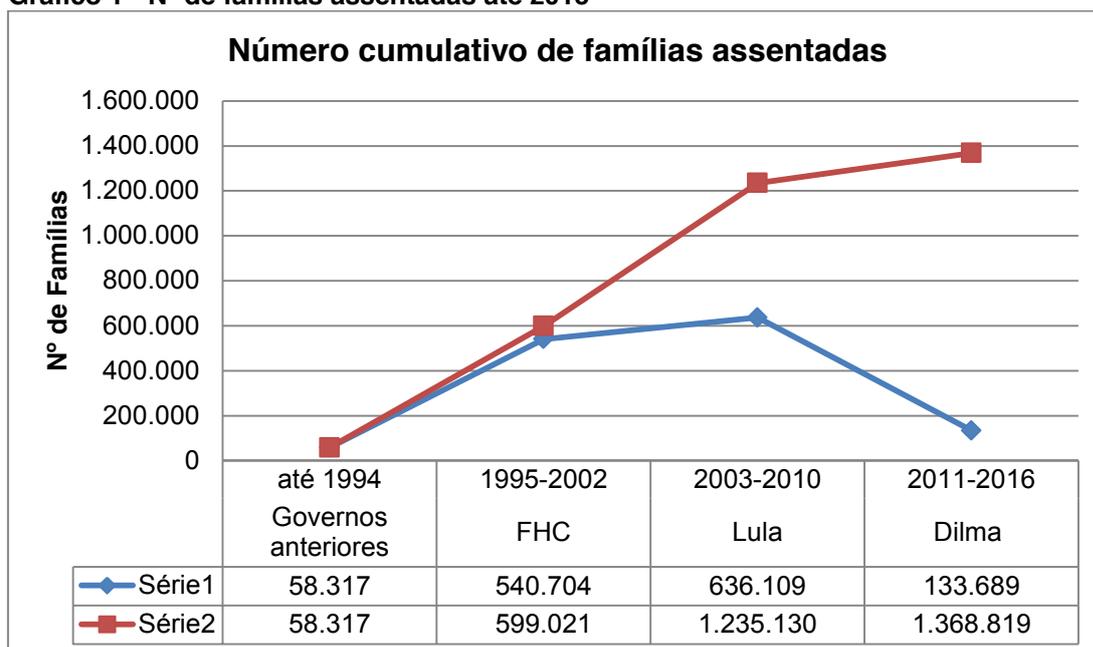
O órgão assumiu o papel de organizar a política de terras do governo, segundo os critérios vigentes, sendo assim, as áreas de ocupação consolidada por movimentos sociais e agricultores familiares seriam alvo de uma ação governamental coordenada. Contudo, em vez de promover a reforma agrária na estrutura fundiária dos locais de conflito, principalmente sobre terras particulares, o Instituto optou por abrir novas frentes de ocupação, distribuindo terras da União em

territórios ainda não habitados. A utilização de novas terras públicas, por meio da colonização, em detrimento da reforma agrária explica a dinâmica territorial brasileira desde então. (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010).

Segundo Caraffa (2014), apenas com os planos de governo 1985 e de 2003 que foram estabelecidas metas e diretrizes para implantação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual foi definido em 1964, baseado no Estatuto da Terra, que responsabilizava o governo pelo acesso do trabalhador rural à propriedade. Apesar de ter sido definido em 1964, o PNRA só foi apresentado como plano de governo em 1985, com o I PNRA.

A partir de 1985, a questão da reforma agrária ganha destaque na política brasileira como prioridade nacional. O governo do presidente Sarney (1985-1990) prevê a instalação de 1,4 milhões de famílias em lotes de reforma agrária, porém, até 1994, apenas 58.317 mil famílias haviam sido instaladas. Após o governo de Sarney, a reforma agrária fica em segundo plano nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco. Em 1995, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) propõe um programa de desapropriação e aquisição de terras, o qual pretende assentar 280 mil famílias e ao final do segundo mandato, 540.704 mil famílias foram assentadas. Com o governo Lula (2003-2010), prioridade de instalação das famílias foi mantida e, ao final de 2010, 636.109 mil famílias estavam assentadas. No governo Dilma (2011-2016), até o ano de 2015 havia sido assentadas 113.689 famílias, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Nº de famílias assentadas até 2015



Fonte: organizado pelo autor, a partir dos dados Sibra Web, 2015

No que se refere à implantação da Reforma Agrária (RA), o INCRA divide os assentamentos rurais em dois grandes grupos: **Grupo I** corresponde à Reforma Agrária tradicional por meio de obtenção de terras pelo INCRA (Quadro 5); e **Grupo II** corresponde aos projetos criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) reconhecidos pelo INCRA (Quadro 6).

Quadro 5 - Grupo I: Modalidades de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil.

GRUPO I – Modalidades de projetos criados pelo INCRA atualmente	
MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal (PA)	- Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;
	-Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e crédito de produção de responsabilidade da União
	- Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;
	- Titulação (Concessão de Uso/ Título de Propriedade) de responsabilidade da União)
Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	- Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;
	- Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação de crédito de produção de responsabilidade da União;
	- Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;
	-Titulação(concessão de Uso) de responsabilidade da União;
	- Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas;
- Atividades ambientalmente diferenciadas.	
Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)	-Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.)
	-Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;
	-Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal;
	-Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;
Projeto de Assentamento Florestal (PAF)	-É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte
	-A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal
	-Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso.
	- O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo (PCA)	-Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União;
	-A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União;
	-Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade do Governo Federal;
	-Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal;
	-Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas;
	-Titulação de responsabilidade do município.

Fonte: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupo2>>, Acesso: 17/07/216

Quadro 6 – Grupo II: Modalidades de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil

GRUPO II – Modalidades reconhecidas pelo INCRA	
MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;
	Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;
	Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio;
	Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;
	O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;
	Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.
Projeto de Assentamento Municipal (PAM)	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios;
	Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios;
	Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio;
	Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica;
	O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;
	Titulação de responsabilidade dos municípios.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS , onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação;
	Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infraestrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal;
	Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União;
	Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.
Reservas Extrativistas (RESEX)	Reconhecimento pelo INCRA de áreas de Reservas Extrativistas - RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária ;
	-A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal
	A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX
Território Remanescentes Quilombola (TRQ)	Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos;
	Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições;
Projeto de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP)	Projetos criados pelo Estado ou Municípios
	Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A
Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB)	A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao PRONAF A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera
Floresta Nacional (FLONA)	A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal quando da criação das FLONAS

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	De competência do IBAMA
	São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A)
	O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex

Fonte: organizado pelo autor, a partir dos dados Sibra Web, 2015

Para o INCRA, um Projeto de Assentamento é um conjunto de unidades agrícolas independentes e parceladas com o objetivo de dotar de terra as famílias de trabalhadores que não têm acesso a ela. A construção de um assentamento acontece, geralmente, onde existia um latifúndio que pertencia a um único proprietário. A quantidade de lotes e o parcelamento do terreno são feitos de acordo com a capacidade do mesmo de comportar as famílias que serão assentadas. A localização depende da geografia da área e pelas condições produtivas que o local oferece, sendo assim, cada assentamento é um caso que precisa ser analisado especificamente.

Sobre a especificidade dos assentamentos, Caraffa (2014) destaca:

Os assentamentos podem ser considerados comunidades rurais específicas, não só por sua origem, ou pelo caminho de luta das famílias, mas porque habitar esse lugar é um marco que finda o processo de transição entre o acampamento e o início de um cotidiano marcado pela espacialização de políticas públicas adotadas pelas esferas governamentais. (CARAFFA, 2014, p. 33).

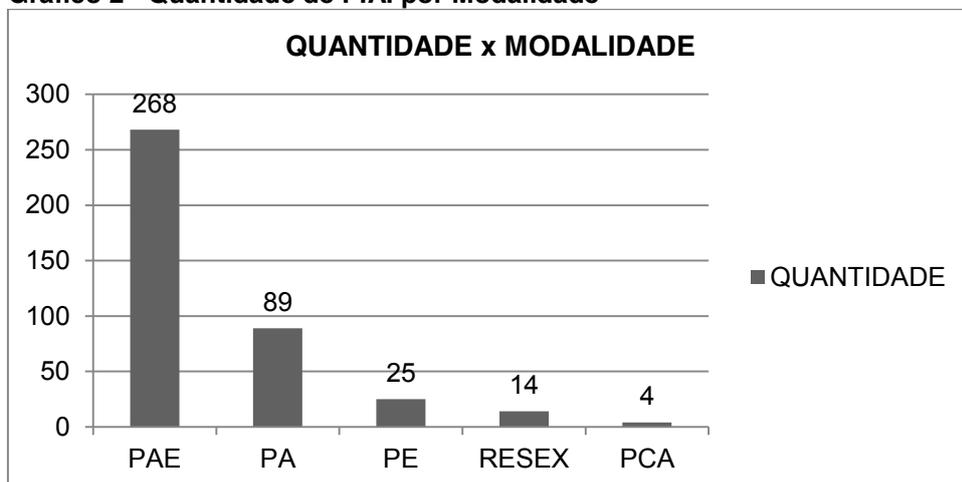
Para a mesma autora, os assentamentos rurais são parcelamentos destinados à produção da agricultura familiar por meio de distribuição de terras públicas. É uma área rural resultante da espacialização das leis e planos que se materializam através de programas e projetos.

O assentamento é a base sobre a qual serão materializadas as políticas e os programas disponibilizados para promover a subsistência e o desenvolvimento dos trabalhadores rurais nessa nova ocupação. É a partir do acesso à terra que as famílias passam a ter os meios de produção e habitação (CARAFFA, 2014, p. 47).

A presença de assentamentos originados, a partir da reforma agrária representa significativa mudança na produção espacial do meio rural, onde o grande latifúndio monocultor dá lugar a lotes e agrovilas destinados à produção de agricultura familiar (CARAFFA, 2014).

No que se refere ao estado do Pará, especificamente à SR-01², o INCRA apresenta 98.789 famílias assentadas, distribuídas em 400 assentamentos rurais, sendo estes distribuídos em cinco modalidades (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Quantidade de P.A. por Modalidade



Fonte: organizado pelo autor a partir dos dados do INCRA, 2016

Dos 400 assentamentos, se identificam quatro assentamentos pertencentes à modalidade Casulo, os quais estão representados no Quadro 7.

Quadro 7 - Identificação dos PCA's identificados na SR-01

PCA	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA (Ha)	LOCALIDADE	DATA DE CRIAÇÃO
AMA	95	408	Mosqueiro	30/10/2001
Aricuriá I	60	75	Cametá	23/10/2003
Dom Eliseu	32	43	Dom Eliseu	27/07/2004
Elizabeth Teixeira	27	71,8	Mosqueiro	23/09/2004

Fonte: organizado pelo autor a partir dos dados do INCRA, 2016

A modalidade Casulo é destinada aos assentamentos periurbanos de reforma agrária de pequeno porte que se localizam próximos aos centros urbanos, se apresentando como alternativa àqueles que buscam a qualidade de vida no meio rural sem perder o vínculo com o urbano. O PCA busca apoiar as atividades pertinentes ao desenvolvimento, mediante ações conjuntas entre a Prefeitura,

² O INCRA é dividido em 30 Superintendências Regionais (SR), sendo cada uma destas responsáveis pelas ações do INCRA em seu respectivo estado ou região. O estado do Pará é dividido em três SR: SR-01, SR-27 e SR-30 que correspondem à Belém, ao Sul do Pará e ao Oeste do Pará, respectivamente. Cabe às SR o dever de coordenar e executar atividades ligadas ao planejamento, programação orçamento e administração, bem como garantir a manutenção e atualização dos dados cadastrais de imóveis rurais nos sistemas de informação do INCRA.

representada pela SECON, e o pelo INCRA, representante do governo federal, para financiamento e apoio técnico.

Essa busca de mudança permite também dar condições ao assentado a utilizar tecnologia modernas e alternativas, buscando reduzir esforços físicos e também os custos de produção, proporcionando, assim, maiores possibilidades de sua permanência na terra com melhores condições de vida. (INCRA, 2001, n.p.)

A localização do projeto Casulo no espaço periurbano é a chave para compreensão desta modalidade, visto que este é essencialmente híbrido, principalmente no que tange às relações sociais. Dentro do mesmo espaço o urbano e o rural coexistem, sendo um mais evidente que o outro.

Dentre os Projetos de Assentamento Casulo, destaca-se o PCA Mártires de Abril como o primeiro e o maior projeto, referente à modalidade Casulo, a ser implantado no estado. O Projeto casulo se caracteriza por ser uma parceria entre o poder municipal e governo federal e por se localizar próximo a grandes centros urbanos. De acordo com o INCRA (2001), é de responsabilidade do poder municipal:

- a) Celebrar contrato de assentamento com os beneficiários, no âmbito do PCA, encaminhando cópia à Superintendência Regional (SR);
- b) Diligenciar, junto a outras instituições, assistência técnica e capacitação (produção, comercialização e gerenciamento) para os beneficiários;
- c) Garantir o ressarcimento dos créditos de instalação, por ocasião da transferência de dominialidade da área aos beneficiados.

E ao INCRA:

- a) Divulgar critérios para participação, estimulando o surgimento de parcerias para implantação do PCA;
- b) Fornecer ao proponente os manuais de operação e de seleção dos candidatos do PCA
- c) Receber, analisar e aprovar, por intermédio das SR, o projeto de viabilidade, elaborado pela proponente e com o aval da instância colegiada
- d) Celebrar por meio de portaria, após aprovação do projeto de viabilidade, o reconhecimento do PCA.
- e) Disponibilizar recursos orçamentários e financeiros necessários à concessão de créditos de instalação, apoio e aquisição de material de construção e de produção PRONAF;

f) Firmar contrato de concessão de crédito com os beneficiários.

Dentre outras características do Projeto Casulo, destacam-se o tamanho reduzido dos lotes, cerca de 3,6 ha por família, se comparado a outros assentamentos de reforma agrária do INCRA, e a dinâmica periurbana, a qual é superficialmente abordada pelo Instituto.

De acordo com a Portaria SECON nº 061/97, o PCA Mosqueiro surge como alternativa para as famílias residentes em áreas do município de Belém, caracterizadas como bolsões de pobreza, com o objetivo de incorporar ao processo produtivo grupos sociais excluídos que se encontravam em situação de desemprego ou de subemprego permanente. A implementação dessa proposta visa contemplar, de forma articulada, dois principais objetivos:

- a) deflagrar ações de geração de emprego e renda, visando a melhoria da qualidade de vida de grupos sociais sem inserção no processo produtivo;
- b) fomentar uma política planejada de abastecimento alimentar para Belém.

A opção por implantação do PCA atende estes dois objetivos citados acima. O assentamento representa um passo fundamental no processo de integração dessas famílias ao sistema produtivo, contribuindo para redução dos níveis de pobreza no município e possibilitando à PMB a vinculação do projeto à formulação de políticas sociais compensatórias de reintegração social. (INCRA, 2001)

O PCA Mártires de Abril teve por objetivo assentar 95 famílias em 408 ha, distribuídos em lotes médios de 3,6ha por família, dotados de infraestrutura básica, equipamentos coletivos para beneficiamento da produção e construção de residências para os assentados.

Tendo em vista esses pressupostos o INCRA (2001) estabeleceu os seguintes objetivos específicos a ser atendidos pela modalidade:

- Assentar famílias de trabalhadores urbanos em núcleos agrícolas de infraestrutura produtiva, equipamentos coletivos, assistência técnica, agregando ações de capacitação tecnológica, assistência e integração social.

- Viabilizar socioeconomicamente a produção agrícola de bases familiares e de forma sustentável.
- Gerar excedente monetário com o objetivo de incrementar a renda familiar média e melhorar a qualidade e vida das populações assentadas.
- Produzir alimentos de forma sustentável, contribuindo para gerar modelos de exploração agroflorestal associado a ações de preservação ambiental.
- Gerar efeitos demonstrativos no contexto regional, possibilitando a difusão de tecnologias e práticas agrícolas sustentáveis entre agricultores circunvizinhos.
- Articular o empreendimento com centros de capacitação de mão de obra e de difusão de tecnologias atuantes no Estado, propiciando condições para que o assentamento possa ser incorporado demonstrativamente em programas de treinamento de trabalhadores.
- Integrar o projeto às redes pública e privada de distribuição de alimentos
- Produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, possibilitando que crie formas de integração do projeto aos programas públicos de distribuição de alimentos.
- Propiciar condições institucionais para que os representantes dos beneficiários participem das definições do projeto em todas as fases de implementação

De acordo com o INCRA (2001), a escolha da área pela SECON para implementação do PCA Mártires de Abril teve como pressupostos:

- Disponibilidade de infraestrutura que pode ser utilizada para produção, tais como a rede elétrica, a rodovia pavimentada e o atracadouro da Vila de Mosqueiro que também pode ser utilizado para o escoamento da produção.
- Proximidade com a zona urbana, facilitando o acesso aos serviços oferecidos por Belém e Mosqueiro e reduzindo as resistências culturais dos assentados, visto que os grupos a serem selecionados serão segmentos já socializados sob os valores da cultura urbana.
- Disponibilidade parcial de cobertura vegetal, permitindo a apropriação e o desenvolvimento racional e planejado dos produtos florestais, paralelamente à produção de folhosas, leguminosas, grãos e fruticultura regional.

- Proximidade com a área onde será implantado o centro de pesquisa e desenvolvimento da Agroindústria Familiar, permitindo que o projeto possa dispor permanentemente de assistência técnica no processo produtivo e apoio gerencial para comercialização dos produtos.

Além dos fatores apresentados, a SECON afirma que a agricultura é uma atividade econômica de risco visto que a mesma depende do potencial produtivo do solo, da necessidade constante de investimentos e variável, das condições climáticas, da infestação de pragas e/ou doenças, além das variações dos preços de mercado no momento da comercialização e por isso depende dos créditos para criação do assentamento.

Diante de tanta dificuldade apresentada pela prática agrícola, os agricultores do AMA ainda precisam produzir para subsistência e comercialização em mercados locais. Portanto, preocupados com essas questões desfavoráveis é que os agricultores começam a criar alternativas e buscam através de créditos viabilizar a diversificação da produção, investindo os recursos em atividades agrícolas (lavoura branca e culturas permanentes), de criações de animais e atividades não agrícolas.

1.3. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

A preocupação com a questão habitacional e a estruturação do espaço destinado a essas habitações tem se destacado na política habitacional brasileira desde a década de 1980 e se intensificado nos últimos anos. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009³ pelo governo federal em resposta à crise econômica mundial de 2008, sendo o principal objetivo do programa a criação de mecanismos que incentivem a produção e aquisição de unidades habitacionais, requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais para população de baixa renda. Pela primeira vez o governo federal reservou subsídio para que a população de baixa renda não ficasse excluída da produção habitacional. (MARICATO, 2015).

Apesar desta perspectiva social, Amore (2015) aponta que o PMCMV exige uma observação ampla e minuciosa do desenho político, financeiro e de seus impactos sobre o espaço, ultrapassando as aparências arquitetônicas e urbanísticas

³ Lei N° 11.977/2009

das unidades habitacionais. Segundo Fix e Arantes (2010), o modelo do Programa destina 97% do subsídio à produção privada de moradia e apenas 3% à produção por entidades e à modalidade rural. O valor do investimento já indica o modelo dominante no pacote habitacional e a aposta na iniciativa privada como agente motora da produção de moradias. Para Maricato (2015), o governo federal, ao apostar no potencial da construção civil, retoma a visão empresarial da construção habitacional, olhando apenas a residência sem considerar o espaço em sua totalidade.

O PMCMV se configura como o principal programa de provimento habitacional vigente no país. O programa está dividido em dois subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)⁴.

Para participar do PMCMV, as famílias precisam se enquadrar nas faixas de renda correspondente. No caso do PNHU, a faixa de renda mensal é de até R\$ 5.000,00 e, no caso do PNHR, a renda bruta anual pode ser de até R\$ 60.000,00 (Quadro 8). Para ser beneficiado pelo programa, o interessado não pode possuir casa própria ou financiamento em qualquer unidade da federação. Não é permitido que os beneficiários já tenham recebido benefícios de natureza do Governo Federal anteriormente

Quadro 8 - Faixas de renda do PMCMV (PNHU e PNHR)

	FAIXA DE RENDA	RENDA (R\$)	
PNHU	Faixa 01	Até R\$ 1.600,00	Mensal
	Faixa 02	Até R\$ 3.275,00	
	Faixa 03	Até R\$ 5.000,00	
PNHR	Grupo I	Até R\$ 15.000,00	Anual
	Grupo II	Até R\$ 30.000,00	
	Grupo III	Até R\$ 60.000,00	

Fonte: organização própria, a partir dos dados da CEF, 2015

O Programa está dividido em cinco modalidades:

- **Empresas** – atende famílias por meio da transferência de recursos ao FAR (Fundo de Arrecadação Residencial). Maior parte do subsídio é da união. A

⁴ O PNHU promove a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos. O PNHR promove subsídio à produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou financiamento habitacional com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

parcela paga pelo beneficiário é de 5% da renda mensal e prestação mínima de R\$25.

- **Entidades** – famílias organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades sem fins lucrativos. O trabalho é feito por meio da produção, aquisição ou requalificação de imóveis já existentes. A União concede subsídio para construção da unidade por meio de financiamento a beneficiários organizados de forma associativa por uma entidade. A parcela paga é de 5% da renda mensal, com prestação mínima de R\$25.
- **Municípios com até 50 mil habitantes** – municípios não integrantes de regiões metropolitanas das capitais estaduais. O subsídio é da união e o valor pode ou não ser cobrado do beneficiário.
- **FGTS** – atender famílias com renda de até R\$ 5 mil com recursos do FGTS
- **Rural** – destinada aos agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual de até R\$ 15 mil, ao Grupo I, R\$ 30 mil ao Grupo II e R\$ 60 mil ao Grupo III.

Amore (2015) destaca que o “Minha Casa Minha Vida” é uma marca que organiza subprogramas, modalidades, fundos, financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores e formas de acesso à “casa própria” (objeto que liga e unifica as experiências). Amore (2015), Ferreira (2012b), Cardoso e Aragão (2013), Mineiro e Rodrigues (2012), Arantes e Fix (2009) e Maricato (2015) destacam que o Programa foi uma resposta do governo brasileiro ao setor da construção civil sobre a crise econômica mundial de 2008, desencadeada pela crise imobiliária estadunidense.

Prometia-se construir 1 milhão de casas, num primeiro momento sem prazo definido, investindo 34 bilhões de reais oriundos do orçamento da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de recursos para financiamento da infraestrutura e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiamento da cadeia produtiva. Com essa iniciativa de caráter anticíclico, previa-se gerar empregos num setor da economia capaz de mobilizar diversos outros setores associados: desde a indústria extrativista e produtora dos materiais básicos da construção civil até a indústria moveleira e de eletrodomésticos, que é ativada no momento da entrega das chaves (AMORE, 2015, p. 16-17).

Diante disso, o PMCMV não pode ser observado apenas como um programa de provimento habitacional, pois é evidente seu viés econômico para o setor privado

para reaquecer o mercado imobiliário, priorizando o setor privado como principal agente promotor da política habitacional brasileira.

[...] desconsiderando o papel dos governos municipais e estaduais na produção do ambiente construído e implementação de uma política habitacional mais ampla, que inclua produção de novas moradias, urbanização, regularização fundiária e planejamento. (FERREIRA,2012b, p. 129).

O programa estabeleceu como meta inicial da primeira fase a construção de um milhão de casas, tanto urbanas quanto rurais, sendo distribuídas de acordo com o Quadro 9:

Quadro 9 - Meta quantitativa Fase I

Fase I		
Faixa	Modalidade	Quantidade (UH's)
Faixa 1	Empresa + Entidade + Rural	400.000
Faixa 2	FGTS	400.000
Faixa 3	FGTS	200.000
TOTAL		1.000.000

Fonte: organização própria, a partir dos dados da CEF, 2015; Ministério das Cidades, 2015.

A segunda fase do programa, apresentada no Quadro 10, além de aumentar o número de unidades habitacionais, incluiu revisão de meta para cada Faixa de renda. Também é feita a revisão de especificações mínimas, como ampliação dos ambientes, acabamentos etc.

Quadro 10 - Meta quantitativa Fase II

Fase II		
Faixa	Modalidade	Quantidade (UH's)
Faixa 1	Empresa + Entidade + Rural	1.200.000
Faixa 2	FGTS	600.000
Faixa 3	FGTS	200.000
TOTAL		2.000.000

Fonte: organização própria, a partir dos dados da CEF, 2015; e Ministério das Cidades, 2013

O PMCMV, diferente de programas anteriores, não exige o retorno financeiro completo das famílias da Faixa 01 (PNHU) e Grupo I (PNHR). O subsídio proporcionado pelo governo é praticamente integral pelo fundo de investimento o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)⁵. O Programa tem recursos orçamentários específicos e parte da capacidade de pagamento da família. No caso da modalidade rural, o valor da unidade habitacional é estimado em R\$ 28.500,00 e o valor pago pelo beneficiário é de quatro parcelas anuais de R\$300,00, totalizando R\$ 1.200,00.

1.4. Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMVR)

Dentre as modalidades presentes no PMCMV, se destaca a modalidade Rural como interesse de pesquisa desta dissertação. Em meados da década de 1990, se inicia no Brasil um conjunto de políticas públicas, principalmente territoriais, buscando integrar diferentes setores, através de ações que articulassem o desenvolvimento rural brasileiro. Entretanto, até 2003, as políticas públicas voltadas ao campo eram bastante restritas, setorializadas e destinadas, praticamente, à produção agrária. Grande parte dos programas de governo se direcionava aos territórios de maior concentração urbana e industrial, deixando o rural à margem do acesso às políticas públicas. (ROVER; MUNARINI, 2010)

⁵ O FDS é regido pela lei nº 8.677 de julho de 1993 e destina-se ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários. (BRASIL, Lei nº 8.677/93).

Tais políticas só se destacaram no cenário rural brasileiro a partir de 2003, ou seja, no mesmo ano em que políticas sociais de alto impacto no campo foram implantadas, como por exemplo, o programa Bolsa Família e a política dos Territórios Rurais.

Neste mesmo ano é que o Governo Federal unifica o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social Rural (PSHR) e Carta de Crédito - FGTS (CC-FGTS) para dar início ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que tinha por objetivo atender famílias rurais com renda de até três salários mínimos. Neste mesmo ano, a CC-FGTS foi reformulada e definiu novas condições de acesso ao Programa. A reformulação considerou a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis de acordo com a capacidade e localização dos municípios, definindo proporcionalmente o subsídio à família beneficiária.

O PNHR⁶ foi incorporado ao PMCMV e passou a ser chamado de PMCMV Rural. O subsídio do programa é concedido pelo Orçamento Geral da União (OGU) aos beneficiários correspondentes ao Grupo I (pessoas físicas, agricultores familiares e trabalhadores rurais) de renda familiar anual bruta de até R\$ 15.000,00. Os beneficiários são organizados por uma Entidade Organizadora (cooperativas, associações, ONG's, sindicatos ou Poder Público), a qual é uma pessoa jurídica, sem fins lucrativos e que contrata ou forma parceria com a CEF para viabilização e execução do empreendimento.

Como visto anteriormente, as regras do Programa dividem os trabalhadores e agricultores rurais em três grupos: Grupo I (R\$ 0 a R\$ 15.000,00), Grupo II (até R\$ 30.000,00) e Grupo III (até 60.000,00). Estão excluídos do Programa quem já foi beneficiado anteriormente em programas de habitação social do Governo Federal, inclusive os beneficiários de Reforma Agrária, proprietários, cessionários, ou promitentes compradores de imóvel residencial ou detentores de financiamento habitacional.

⁶ O PNHR foi incorporado ao PMCMV através da Medida Provisória nº 459, 25 de março de 2009, e transformada na Lei nº 11.977, 07 de julho de 2009. O PNHR passa a ser chamado de PMCMV Rural, o qual busca garantir subsídio financeiro a produção, aquisição, reforma/construção de moradias aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Em seguida, foi modificado pela Medida Provisória nº 510/2010 e convertida à Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Esta Lei classifica o trabalhador rural como: "pessoa física que, em propriedade rural, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste mediante salário". (BRASIL, 2011).

Dentre as modificações, do PNHR para o PMCMV Rural, se destacam três novidades:

a) a obrigatoriedade de acompanhamento da execução das obras por representante dos agricultores e trabalhadores beneficiários do Grupo I. Assim como o PMCMV Entidades, o programa estabelece uma Comissão de Representantes (CRE) formada por, no mínimo, três integrantes que são eleitos por assembleia. Essa comissão é responsável pela prestação de contas aos outros beneficiários do conjunto da obra.

b) O Trabalho Social (TS) que realiza ações inclusivas, as quais têm a finalidade de promover a participação dos beneficiários, organização da comunidade e gestão comunitária para fortalecer e gerar melhor qualidade de vida das famílias.

c) O atendimento às famílias do Grupo I sem acesso à solução de abastecimento de água em parceria com o Programa Cisternas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). As famílias que pertencem ao Grupo I e habitam em regiões afetadas pela seca ou abastecimento irregular de água serão beneficiadas com a construção de cisternas pela Entidade com recurso do MDS.

No que se refere ao regime construtivo, as unidades habitacionais do PMCMV Rural podem ser executadas por:

a) mutirão assistido: regime de construção no qual os beneficiários produzem conjuntamente as unidades habitacionais com auxílio da Assessoria Técnica especializada.

b) autoconstrução assistida: o beneficiário é responsável pela construção da sua própria unidade habitacional com auxílio da Assessoria Técnica.

c) administração direta: a Entidade é responsável pela execução das obras e utiliza sua equipe técnica.

d) empreitada global. Uma construtora é contratada para execução e gerenciamento da obra e a CRE fiscaliza a atuação da empresa.

Em 2013 foram realizadas algumas reformulações através da Portaria Interministerial nº 78, de 13 de fevereiro do mesmo ano que alude sobre a inclusão dos agricultores familiares beneficiados pelo PNRA entre os que podem ser contemplados do PMCMVR. A questão da moradia em assentamentos de Reforma Agrária era de responsabilidade do INCRA e do MDA até 2013 e, a partir desta Portaria, passa a ser do Ministério das Cidades. Sendo assim, as famílias com renda

anual de até R\$ 15.000,00 o PMCMVR disponibiliza os subsídios apresentados no Quadro 11.

Quadro 11 - Valores dos subsídios fornecidos pelo PNHR

Modalidade do Subsídio	Valores dos subsídios PNHR	
	Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Região Norte
Construção	R\$ 28.500,00	R\$ 30.500,00
Reforma/Ampliação	R\$ 17.200	R\$ 18.400,00
Assistência Técnica/ Trabalho Social	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00

Fonte: Cartilha do PNHR, BRASIL, 2013.

O subsídio de R\$ 30.500,00 equivale à construção de uma nova residência dentro dos padrões da unidade habitacional da modalidade rural e o subsídio de R\$ 18.400,00 é referente à reforma da casa construída a partir do crédito de Apoio do INCRA para compra de material de construção, sendo que, no ano de implantação do assentamento, era de R\$ 2.500,00.

Para acessar os créditos, as famílias devem ser organizadas em grupo de quatro a cinquenta por uma entidade organizadora. Após a organização, as famílias e a entidade organizadora devem apresentar projetos técnicos e projeto de trabalho social elaborados através de assessoria técnica especializada. Durante a execução das obras do PMCMVR, devem ser apresentados os relatórios respectivos às obras que estão sendo executada de acordo com a regra e o cronograma físico-financeiro aprovado e, por fim, atestar a conclusão do empreendimento. (BRASIL, 2013).

CAPITULO II – Origem e trajetória do PCA Mártires de Abril.

2.1. Contexto urbano de Mosqueiro, PA.

O distrito se apresenta, tradicionalmente, como área suburbana de lazer da Região Metropolitana de Belém (RMB). A urbanização da ilha se intensifica com a abertura da rodovia Meira Filho em 1965 e se consolida com construção da Ponte Sebastião de Oliveira em 1976. Desde os anos 90, Mosqueiro apresenta uma dinâmica habitacional caracterizada pela conversão das residências sazonais em residências permanentes, tanto pela participação do governo através da aprovação de empreendimentos habitacionais de mercado, quanto pelo significativo crescimento de assentamentos espontâneos (FERREIRA, 2012a).

Mosqueiro faz parte do arquipélago de 33 ilhas que compõem o município de Belém, localizado na porção continental, a ilha está distante 70 km do centro da capital. Ao norte, a ilha é cercada pelo Rio Pará e pela Baía do Guajará, ao sul pela Baía do Sol, a oeste pela Baía de Santo Antônio e a leste pelo Furo das Marinhas, o qual separa o distrito do continente. A inserção da ilha no contexto urbano de Belém se inicia com a abertura da rodovia Meira Filho em 1965 e da ponte Sebastião de Oliveira em 1976.

No fim do século XIX e início do século XX, a região amazônica vivia a grande ascensão econômica, consequência da comercialização da borracha. Os investidores europeus viviam em Belém e trabalhavam em empresas de diversas naturezas, tais como: abastecimento de energia e transporte, além daquelas ligadas a exploração gomífera. Desde o século XX, a ilha de Mosqueiro se mostra como local de lazer da população de maior renda. Na ilha, esta população abastada encontrava descanso e lazer, tornando-se um local ideal para construção das casas de veraneio, principalmente ao longo da orla das praias fluviais na porção norte de Mosqueiro.

A integração terrestre entre a ilha e o continente intensificou o crescimento do distrito. Porém, em meados dos anos de 1990, observa-se que o distrito não se desenvolveu como era esperado. Mosqueiro tem o comércio e serviços como principal atividade econômica que se intensifica nos períodos de férias e feriados prolongados, consequência do aumento do deslocamento de pessoas, serviços e mercadorias.

De acordo com Ferreira (2012a), nos últimos vinte anos, o distrito de Mosqueiro apresenta uma reconfiguração de seu espaço urbano, destacando, principalmente, a transformação de moradias de temporada em residências fixas e o crescimento de assentamentos no interior da ilha. Apesar dos planos buscarem uma ordem urbana a partir do controle de densidade e da ocupação de usos do solo, até 2010, o distrito já dispunha de 31 assentamentos espalhados pelo território do distrito.

Dentre os assentamentos presentes no distrito, destaca-se o Assentamento Mártires de Abril (AMA) localizado nos bairros do Caruara e Sucurijuquara, ocupando uma área de, aproximadamente, 408 ha, referente à antiga fazenda de Transportes Aéreos da Bacia Amazônica (TABA), de propriedade do senhor Marcílio Gibson Jacques. A articulação para ocupação do distrito e da área da fazenda TABA teve início em 1995, quando o MST começou o trabalho de base na periferia de Belém e nos municípios da RMB com o objetivo de atrair trabalhadores urbanos e desempregados para tentar uma nova oportunidade em Mosqueiro, através do trabalho agrícola.

2.2. Acampamento e Origem do Assentamento Mártires de Abril (AMA)

Em 1998, o MST se aproxima da área urbana de Belém e inicia um intenso trabalho de base na periferia da capital a fim de atrair trabalhadores urbanos desempregados para lutar por terra e por uma nova oportunidade de vida. A primeira ocupação do Movimento em área urbana ocorreu em 1998 na fazenda Bacuri, em Castanhal, que originou o assentamento João Batista (ABE, 2004).

Através de buscas por latifúndios próximos à Belém que não correspondiam à função social da terra, o MST escolheu a fazenda TABA para realizar a segunda ocupação do Movimento em área urbana. Através de levantamento de dados do terreno realizados pelo INCRA, constatou-se o enfraquecimento solo, visto que a fazenda trabalhava apenas com a monocultura do coco, extração de pedra e a sede da fazenda servia como espaço de prostituição.

A disputa pela área da fazenda TABA é também uma disputa pelo território de Mosqueiro que se apresenta como uma área dominada pela elite de Belém, visto que a maior parte do tecido urbano da ilha é composto por segundas residências que são subutilizadas durante maior parte do ano. Por ser um distrito em que o lazer

e o turismo são muito presentes, Antônio ressalta que Mosqueiro não apresenta histórico de luta de trabalhadores rurais nem urbanos, sendo assim a intenção do MST é disputar território da ilha com a elite dominante, por meio da organização de trabalhadores para luta com objetivo de chamar atenção do estado para dizer que a ilha tem trabalhadores que precisam ser vistos.

Após a escolha da área de ocupação, o MST iniciou o trabalho de base na periferia de Belém para ocupação da fazenda no começo de 1999. Em abril do mesmo ano, o MST estabeleceu um acampamento na Praça da Leitura, bairro de São Brás, Belém, e, no dia 03 de maio de 1999, o grupo seguiu em direção à ilha de Mosqueiro para ocupação da fazenda TABA. D. Helena relata como foi chamada pelo trabalho de base e como aderiu à causa do Movimento:

Eu morava em Belém e quando foi em março, o pessoal [MST] começou a fazer um trabalho de base. Aí eu tava lá, de repente tava desempregada, me vi sem nada. Eu era concursada e aí amanheci sem emprego sem nada. Isso ocorreu em 1999. Aí eles foram na minha rua, onde eu morava, no Guamá, perto do Barros. A gente foi pro centro comunitário depois marcaram pra gente ir pra Praça do Operário. Acampamos na praça no dia 15 de abril e ficamos até o dia 03 de maio e saímos na madrugada pra amanhecer aqui [Mosqueiro] dia 04. (Entrevista realizada com D. Helena, em 07/01/2017)

O acampamento inicial teve a participação de, aproximadamente, 800 pessoas. A ocupação da fazenda ficou conhecida por causa da violência das quatro ações de reintegração de posse realizadas pela Secretaria de Segurança do Governo do Estado. O impacto da violência sobre o acampamento foi muito forte, causando a desistência de considerável número de famílias que fazia parte do acampamento instalado.

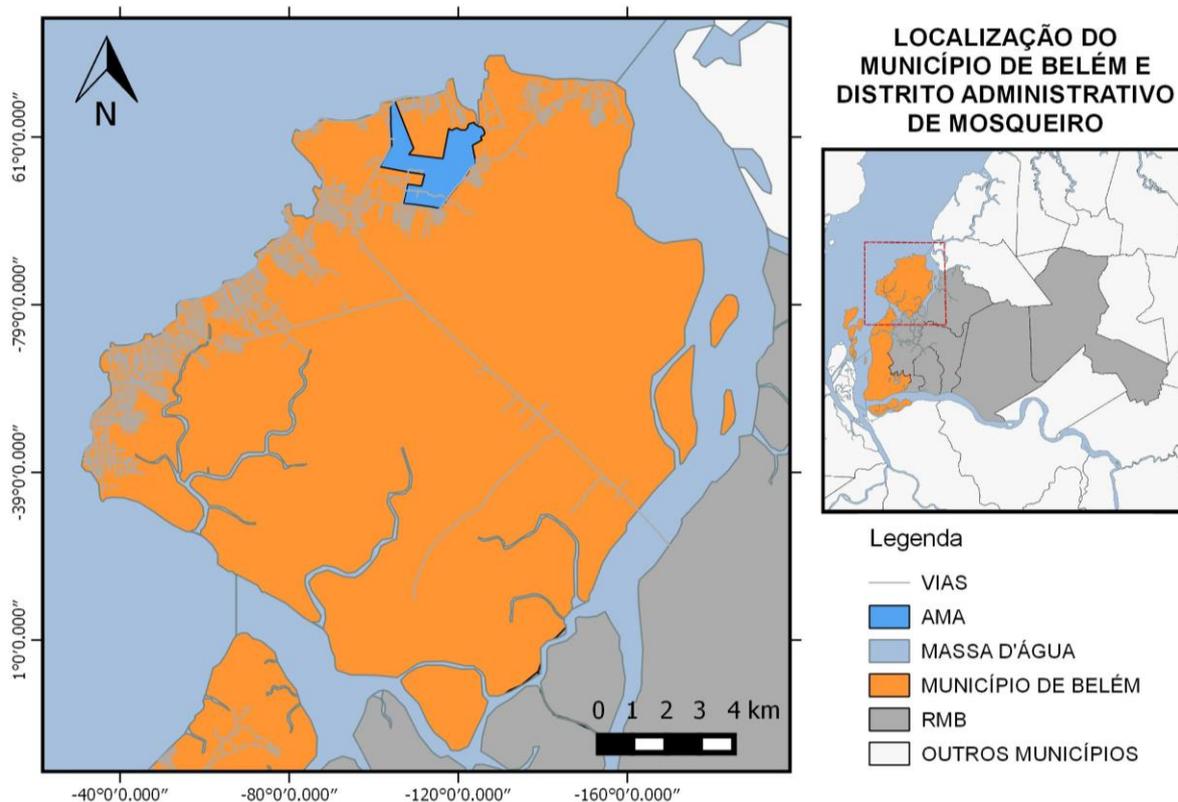
Desde a ocupação tivemos muitas idas e vindas. Muitos despejos, muita violência, a gente foi muito humilhado na época, foi horrível tudo que você pode imaginar... tanto é que entramos com mais ou menos oitocentas famílias então teve todo um processo e muitas desistiram. É contado no dedo as que resistiram e aí foram fazer outro trabalho de base. Pra resumir toda nossa história, restaram 95 famílias e as 95 tão resistindo aí. (Entrevista realizada com D. Helena, em 07/01/2017)

Após as quatro tentativas de reintegração de posse, em junho de 2001, a PMB, governada por Edimilson Rodrigues, em parceria com a SECON, coordenada por Carlos Alberto Bordalo, iniciaram a elaboração do projeto do AMA para submetê-lo à modalidade Casulo do INCRA e, em novembro de 2001, o PCA Mártires de Abril foi implantado.

2.3. A implantação do PCA Mártires de Abril.

O PCA Mártires de Abril foi implantado no terreno pertencente à extinta fazenda TABA, com área de, aproximadamente, 408 ha, abrangendo os bairros do Caruara e Sucurijuquara, conforme o Mapa 1.

Mapa 1 - Localização do AMA no Distrito de Mosqueiro



FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do CODEM (2001).

Através da análise do terreno da fazenda, constatou-se que a área possui duas unidades fisiográficas principais: os Terraços Aluviais Pleistocênicos e a Planície Aluvial de Inundação. A vegetação do local foi alterada para formação do coqueiral para plantio de, aproximadamente, 60.000 pés de coqueiros em idade reprodutiva. A vegetação do terreno é diversa e existem áreas desmatadas, sem plantio de espécies vegetais, onde ocorreu a exploração de minérios pela empresa, sem a recuperação da área explorada. Em outra parte do terreno, houve preservação de faixa de vegetação primária. (INCRA, 2001)

Segundo relatório do INCRA (2001), o terreno possui topografia plana, recortada por pequenos córregos e apresenta maior parte de cobertura vegetal de capoeira, consequência da ação das serrarias que se localizam nas imediações. No

que se refere à avaliação do solo, o local apresenta as seguintes classes taxonômicas de solos: Latossolo Amarelo Álico predominando na área a ser trabalhada, e, em pequena extensão, Gley Pouco Húmico e Podzol Hidromórfico textura arenosa.

A região de influência do projeto apresenta tipologia vegetal heterogênea, com cobertura vegetal formada por capoeira e pastagem juntamente com o plantio de coco (Figura 1).

Figura 1 - Vegetação predominante no AMA



Fonte: Rebello, 2016

Ao longo do açude são encontradas faixas de cobertura vegetal ciliar diversificada (Figura 2). A área do projeto é cortada por pequenos rios que são cursos d'água importantes para região, existem também córrego e igarapés permanentes, já que no período chuvoso, constata-se a existência de várias grotas. As características climáticas e pedológicas da área são compatíveis com o tipo de produção e atividades a serem desenvolvidas no projeto, dispondo-se ainda de reservas florestais e córregos. A compatibilidade dos produtos a serem incorporados ao projeto com as vocações naturais da área asseguram condições ideais de preservação ambiental. (INCRA, 2001).

Figura 2 - Área do Açude



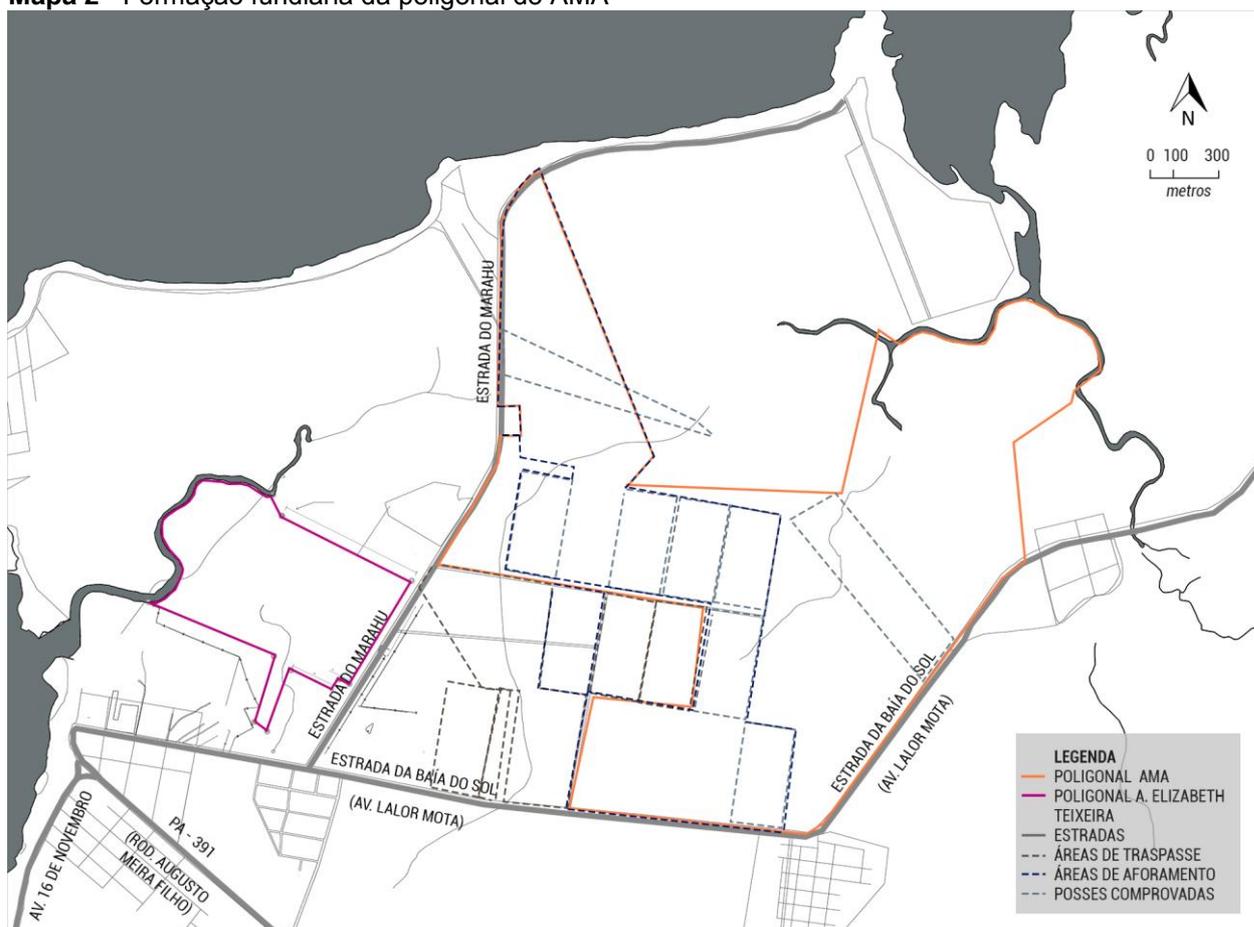
Fonte: Rebello, 2016

No que se refere à delimitação da área do projeto do assentamento, a Portaria do INCRA nº321/97 alude, particularmente, a necessidade de comprovação de domínio da área a ser destinada ao projeto pela PMB para que esta possa habilitar o projeto de assentamento. A comprovação da propriedade e a elaboração do Estudo de Capacidade de Geração de Renda do imóvel (ECGR) são pré-requisitos indispensáveis à implementação do PCA.

A certidão anexada pela prefeitura ao processo propondo o Projeto Casulo, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Belém, atesta a existência de transcrição (registro), para efeito de incorporação imobiliária, de todos os bens correspondentes ao patrimônio enfiteutico existente no distrito de Icoaraci, Mosqueiro e Caratateua (Outeiro), representados pela propriedade plena dos terrenos aforados a particulares, exceto às áreas de marinha e dos terrenos que estão ocupados pelo Patronato Manoel Barata. (INCRA, 2001)

Durante a pesquisa fundiária realizada pela CODEM foram identificadas cinco áreas de traspasse através de traspasse, sendo cinco em nome de Marcílio Gibson Jacques e uma em nome de TABA, e outras duas áreas em processos de aforamento em nome de Marcílio Gibson Jacques. Para delimitação da poligonal do assentamento foram excluídas as áreas de traspasse e se mantiveram as duas áreas por aforamento. Dentro da área de aforamento foram identificadas treze posses de terceiros que foram adquiridas por Marcílio Gibson Jacques, sendo esta transação comprovada por meio de processo de compra e venda. (CODEM, 2016).

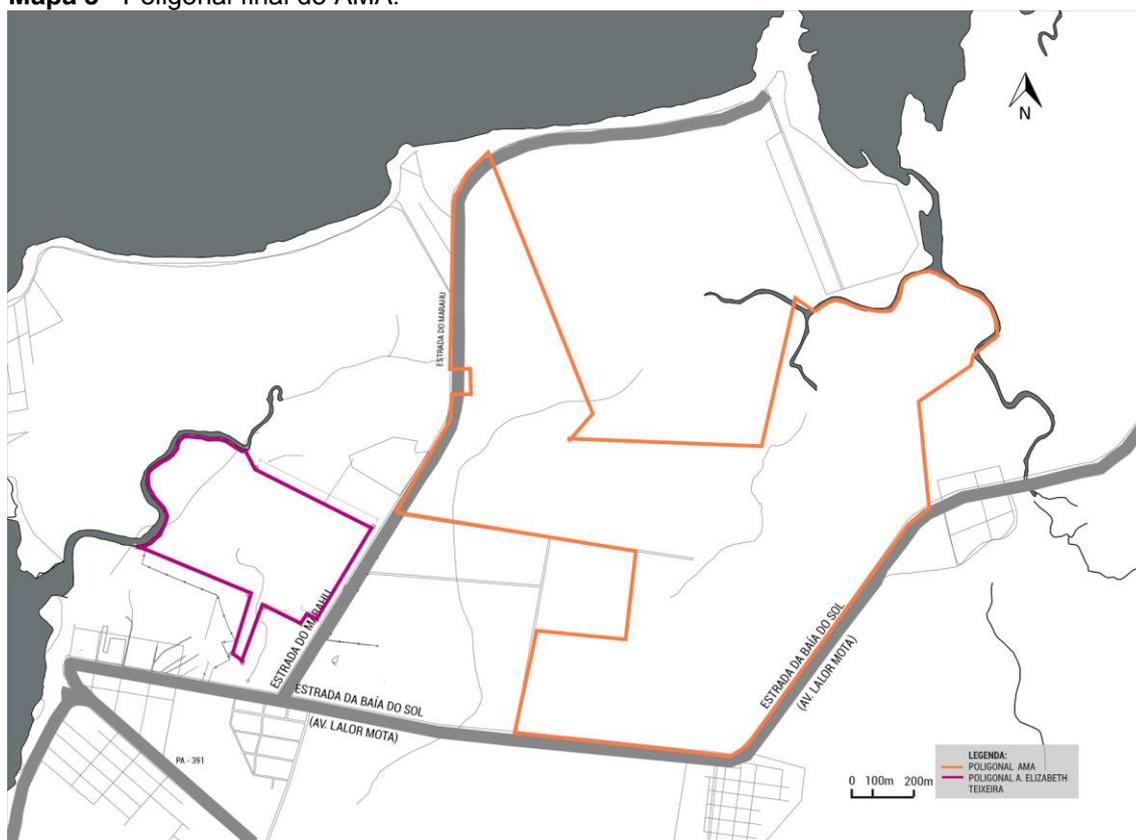
Mapa 2 - Formação fundiária da poligonal do AMA



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da CODEM, 2001.

Após a comprovação da dominialidade da área pela prefeitura, em novembro de 2001, foi aprovado o processo de implementação do PCA Mártires de Abril para as 95 famílias remanescentes do acampamento, conforme a poligonal do mapa 3. Durante os três anos de acampamento (1999 – 2001), 95 famílias restantes, sob a coordenação do MST, se organizaram social e produtivamente para manutenção da ocupação e resistência para permanência da área até o desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Mapa 3 - Poligonal final do AMA.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da CODEM, 2001.

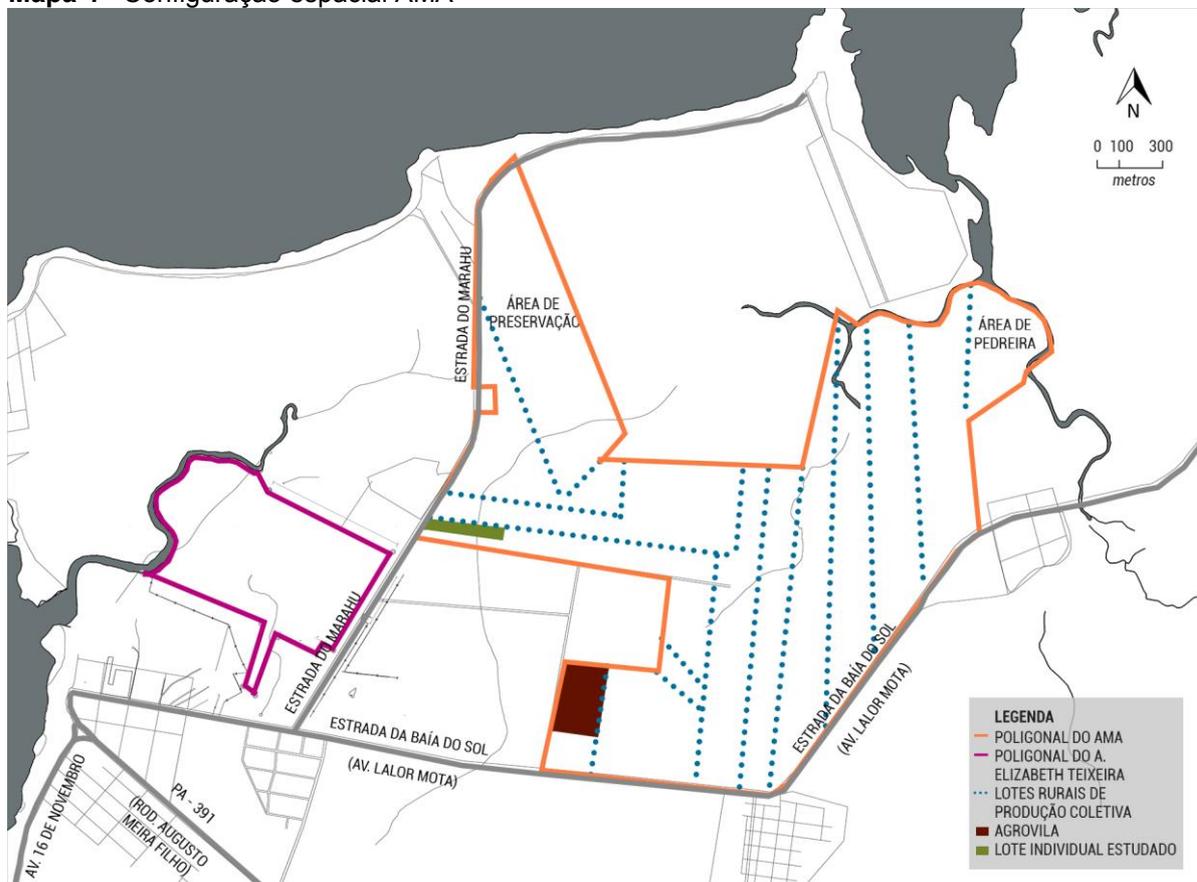
O PDA é um estudo prévio realizado pelo INCRA com a participação dos assentados para orientar o desenvolvimento do assentamento. De acordo com o Instituto, o estudo deve conter um diagnóstico da realidade local e apresentar propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade.

O primeiro produto deste plano é a organização espacial, dividindo a área total do assentamento em lotes de produção rural que, por meio de sorteio, são distribuídos para as famílias ocupantes; e em áreas destinadas à preservação ambiental e instalações do assentamento. O segundo produto corresponde à implantação de infraestrutura básica que consiste na abertura de vicinais e saneamento básico, bem como a criação de sistemas para abastecimento de água e energia elétrica.

De acordo com o PDA, a área destinada ao assentamento foi de 408,06 ha, sendo dividido em: a) Agrovila; b) Dez Lotes Rurais; c) Área patrimonial e área de

preservação; d) área de projetos coletivos e; e) Sobras de terra que são doadas às novas famílias que chegam ao AMA (Mapa 4).

Mapa 4 - Configuração espacial AMA



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da CODEM, 2001.

O terreno destinado aos equipamentos sociais se localiza próximo da Agrovila, com acesso pela estrada da Baía do Sol. A área destinada ao lazer é composta por um campo de futebol, duas piscinas construídas no curso de um igarapé localizadas na sede da antiga fazenda TABA e uma área coberta com churrasqueira. Próximo à piscina, existem algumas ruínas de prédios da TABA que, após a criação do AMA, abrigaram o centro de formação do MST e uma pequena escola do assentamento. Atualmente, só existem as ruínas.

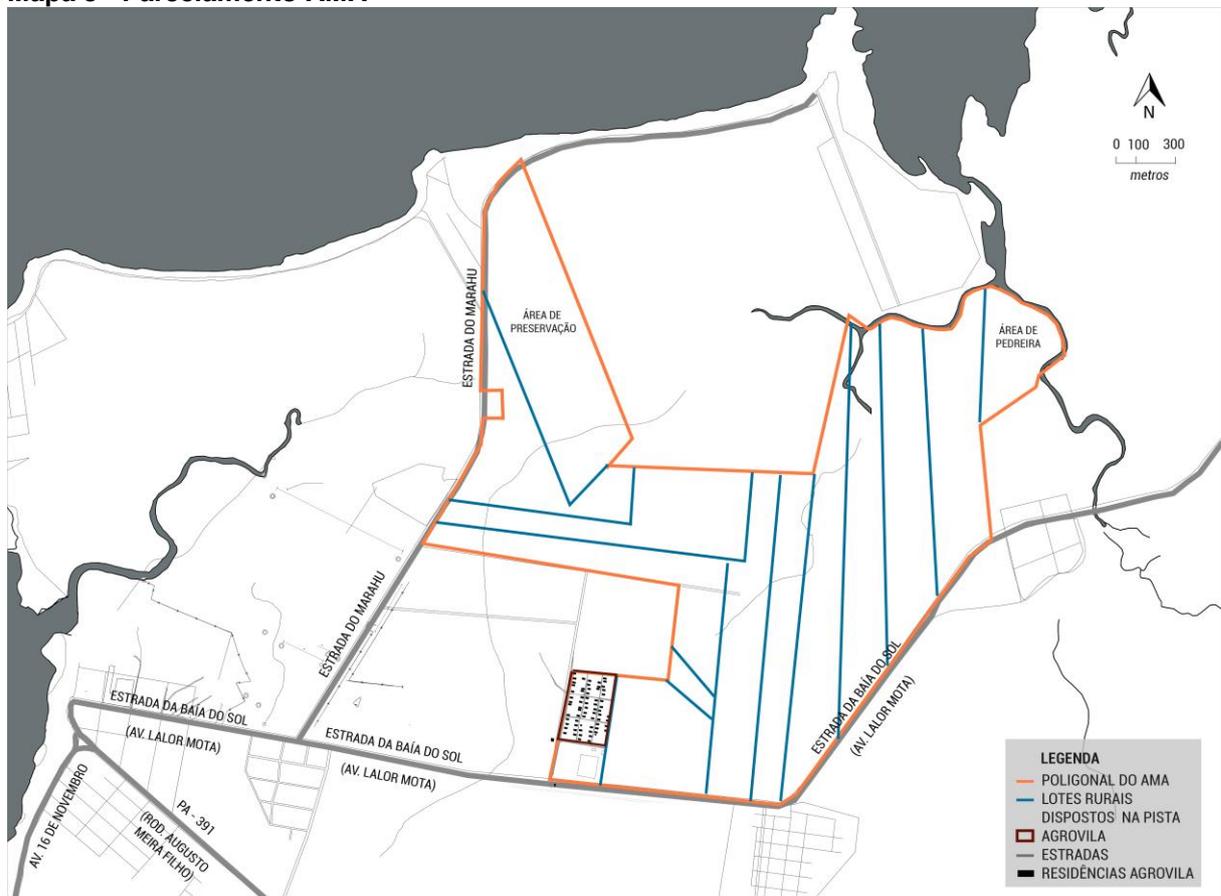
Em relação à Titulação da terra, os beneficiários assinaram com o INCRA o Contrato de Concessão de Uso (CCU), por cinquenta anos, transferindo o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegurando aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do Governo Federal. Vale ressaltar que os assentados são proibidos de

comercializar ou ceder a particulares os lotes do assentamento do INCRA. O título é transferido ao trabalhador rural, através da Lei nº8.629/93 que garante a posse da terra em definitivo, caso sejam cumpridas as exigências necessárias (INCRA, 2015).

2.4. Configuração Espacial

No que se refere à implantação do PCA Mártires de Abril se identifica o parcelamento ortogonal em forma de Agrovila. Neste tipo de parcelamento, o assentamento é dividido em dois setores: moradia e produção agrícola, sendo que o assentado tem direito a dois lotes, um em cada setor. A agrovila é subdividida em quadras e ruas e o segundo é disposto ao longo das estradas de acesso ao assentamento, conforme o Mapa 5. A leitura do seu traçado e a setorização de acordo com o uso do solo possibilita a interpretação de um assentamento híbrido onde mistura um parcelamento tipicamente urbano, mas de atividades predominantemente rurais.

Mapa 5 - Parcelamento AMA

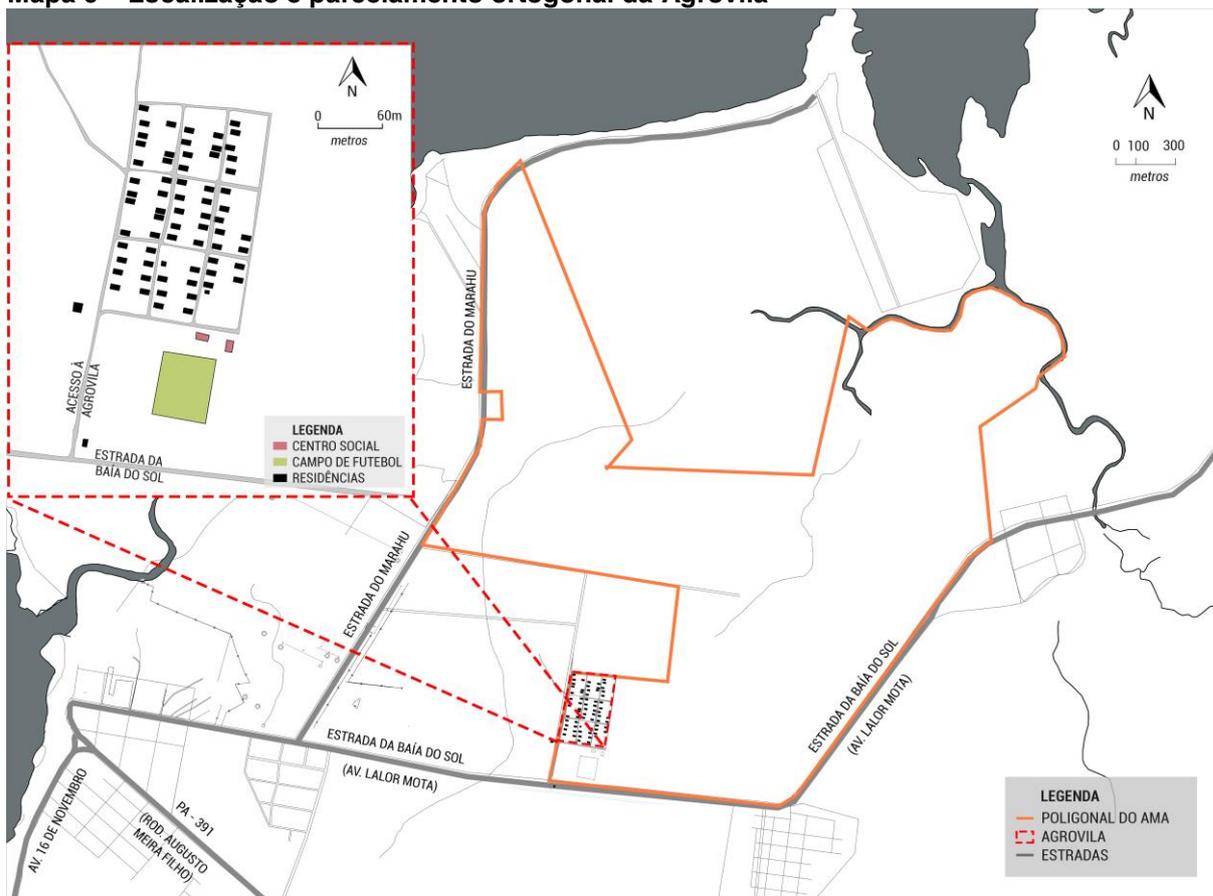


Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da CODEM.

A configuração das moradias centralizadas foi uma proposta do INCRA, do MST e da Associação de Produção dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Mártires de Abril (APROAMA). Segundo Antônio, a intenção da organização em agrovila era quebrar o egoísmo presente nas periferias das grandes cidades, das quais os assentados faziam parte. A construção centralizada possibilitava a permanência do senso de comunidade e união conquistado na época do acampamento, a facilidade de realização de atividades e reuniões do MST, bem como a implantação de políticas e serviços públicos previstos no Projeto Casulo.

Quando a gente pensou a agrovila, a gente deixou de lado essa lógica do urbano, mas o correio precisa vir entregar uma carta. A agrovila foi mais uma organização, senso de comunidade. Houve a necessidade de organizar por rua, por quadra pra ter a organicidade. Isso ajuda por causa da organização, porque você vai comprar tal coisa na loja e o cara já vem certo deixar, não precisa ficar procurando. (Entrevista realizada com Antônio, em 11/03/2017).

Mapa 6 – Localização e parcelamento ortogonal da Agrovila



Fonte: Elaboração própria, a partir de imagem do Google.

O acesso à agrovila é feito pela Estrada da Baía do Sol e por uma estreita travessa de terra localizada entre os lotes rurais. A chegada à agrovila é

considerada de fácil acesso, contudo a distância em relação à estrada, confere às moradias um aspecto isolado, visto que está localizado a 220 metros da beira da estrada.

Figura 3 - Travessa de acesso à Agrovila, a partir da Estrada da Baía do Sol



Fonte: Rebello, 2017.

A agrovila é composta por nove quadras, quatro ruas e quatro travessas; uma rede elétrica implantada em todas as vias; um local marcado para o poço artesiano para abastecimento humano (que nunca foi executado); 95 lotes individuais, medindo 20x30m, com residência unifamiliar em alvenaria de, aproximadamente, 42 m² edificadas pelo Crédito Aquisição do INCRA (Figura 4); um centro comunitário (Figura 5) e um campo de futebol.

Figura 4 - Residência unifamiliar Agrovila



Fonte: Rebello, 2017

Figura 5 - Centro Comunitário localizado na Agrovila



Fonte: Rebello, 2016

O ordenamento territorial do assentamento foi discutido em assembleia e posto em votação. A proposta de agrovila foi a mais votada, entretanto um grupo de assentados contestou a decisão da maioria e optou pela moradia no mesmo local de trabalho, já prevendo futuros problemas relacionados à separação entre as duas atividades. Os assentados contrários à proposta centralizadora justificaram que a distância causaria desgaste físico, perda de tempo com o deslocamento e a produção ficaria desprotegida, facilitando o roubo e saques da produção agrícola. Após a liberação do crédito de auxílio do INCRA, setenta e sete famílias optaram por construir suas casas na agrovila e dezoito famílias optaram pela construção das unidades habitacionais nos lotes.

Apesar de a Agrovila apresentar parcelamento ortogonal mais facilmente encontrado nas cidades, o aspecto das residências e as práticas cotidianas dos assentados revelam a prática de vida rural dos assentados. O que se verifica no AMA é um assentamento, em que a presença do rural e do urbano são notadas, entretanto o rural é mais evidente, sendo este confirmado pela dinâmica econômica de características rurais. Além disso, o movimento de saída da agrovila reafirma a vocação agrícola do assentamento.

Logo após a implantação do Projeto Casulo, em outubro de 2001, e início da produção dos NB de produção, as problemáticas previstas pelo grupo contrário à agrovila começaram a se manifestar. Por causa dos constantes furtos da produção e

da distância entre os lotes e a agrovila, se iniciou no assentamento um movimento de migração das famílias da agrovila para o lote de produção agrícola, iniciando a primeira reconfiguração espacial do assentamento.

Paralelamente ao movimento migratório para os lotes, destaca-se a inação da PMB no que tange suas obrigações de contrato do PC firmado entre o INCRA e a PMB. De acordo com Antônio e D. Helena, o INCRA cumpriu com sua parte do contrato, por meio das cartas de crédito. Por outro lado, quando o mandato do Edimilson terminou, as administrações seguintes se mostraram omissas e não cumpriram com a sua parte do contrato, referente ao saneamento básico, ao asfaltamento das ruas, energia elétrica com tarifa de energia rural, escola e posto de saúde para o assentamento.

[...] o governo federal fez a parte, mas o municipal não. A parte de saneamento. A parte que a prefeitura fez na época era o agente de saúde, deixa eu te dizer, até uma escola funcionou lá dentro. Mas a questão das ruas [na agrovila] só passou o trator lá e deixou. O projeto era o asfalto, saneamento, enfim, quando fala em saneamento, já sabe que é água, esgoto, tudinho. Demarcaram onde seria o poço pra distribuição pras casas, mas isso ficou só no projeto, mas até agora nada. Mas fazer o quê né só esperar, são 17 anos que a gente tá aqui. Só esperar e orar. (entrevista realizada com D. Helena, em 07/01/17).

[...] vem o Duciomar, vem o Zenaldo, nunca tocou com responsabilidade o PC, ou seja, hoje, fica aquele jogo de ping-pong [...]a gente queria pelo menos que a Prefeitura de Belém assinasse uma documentação que ela assumindo a parte dela e ela fazendo a parte dela que é a parte da assistência técnica, a iluminação pública, saneamento básico. Toda essa questão que a gente vê que uma cidade precisa o assentamento também precisa; um posto de saúde, uma escola de qualidade. Até hoje o PC em algumas partes ele não funciona. (entrevista realizada com Antônio, em 11/03/17).

Segundo Antônio, a falta das políticas públicas de responsabilidade da prefeitura agravou a migração para os lotes, pois a agrovila não tem nenhuma infraestrutura, ao contrário dos lotes, os quais estão localizados na beira de importantes estradas do distrito, sendo estes muito mais dinâmicos e de fácil acesso às políticas e equipamentos e serviços urbanos do que a agrovila.

Além disso, a vivência no lote permite maior dedicação à produção. Sendo assim, a produção dos assentados nos lotes agrícolas é maior do que a produção dos que moram na agrovila e trabalham no lote. Por outro lado, Antônio destaca que a parte positiva da agrovila é o contato com as famílias da agrovila, enquanto que o

assentado do lote não tem o convívio social com as outras famílias assentadas e não se dispõe mais a ir à luta.

Aí hoje a gente [assentados da agrovila] perde nessa questão. As famílias que estão na agrovila não conseguem produzir muito, porém o cara que tá no lote tem um ponto negativo. Pra nós [do MST] não é só preciso você produzir que nem doído. O nosso debate é você produzir consciente pra contrapor o sistema. (entrevista realizada com Antônio, em 11/03/17).

A separação entre os assentados enfraqueceu o movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária. De acordo com as lideranças do MST, após a implantação do projeto, muitos assentados acreditam que a Reforma Agrária já foi feita.

Pra ele [assentado do lote] a reforma agrária que a gente falou no trabalho de base tá feita pra ele. Acha que com a casa, o terreno e produção dele, a reforma agraria tá feita. Esquece que a RA é um conjunto de políticas públicas. Ele fica egoísta mesmo. Não quer vir pra luta, não quer vir pra dentro assentamento pra discutir as linhas do assentamento. Só fica ali, eu e meu lote, já tô comercializando. O cara fica com o pensamento egoísta. O assentado avançou, mas produz por produzir. (entrevista realizada com Antônio, em 11/03/17).

Junto com o movimento de migração se inicia na agrovila a prática velada de comercialização das casas de alvenaria construídas com o Crédito Aquisição do INCRA. Muitos assentados passaram a trocar a moradia por material de construção para edificar a segunda residência nos lotes rurais. Não há como impedir esta prática, visto que a mudança para os lotes se mostra mais coerente. A movimentação de saída confirma que o parcelamento do tipo Agrovila para este assentamento periurbano não foi o mais adequado.

2.5. Organização Política, Social e Produtiva

A organização política do assentamento é dividida em duas entidades que o representam em escalas diferentes. A primeira é a APROAMA, a qual cumpre papel burocrático representando o assentamento perante órgãos públicos e acatando as exigências administrativas destes. A segunda é a Coordenação do Assentamento (CA) que o representa internamente. A CA era composta pelos coordenadores de cada NB que discutem internamente, em seus respectivos NB, propostas para desenvolvimento do assentamento.

Abe (2002) destaca que apesar do assentamento possuir estas duas entidades representativas, a gestão dos recursos do INCRA foi descentralizada para

não comprometer a totalidade dos recursos, caso haja alguma inadimplência de alguma unidade produtiva. Os projetos de produção dos NB são definidos individualmente e cada um possui orçamento e contratos específicos, conforme o Quadro 12:

Quadro 12 - Recurso destinado a cada NB

NÚCLEO	NOME	VALOR (R\$)
1	Com Deus venceremos	81.833,35
2	Mão de Jesus Cristo	80.032,02
3	3 de maio	85.171,22
4	Nova Esperança	85.171,22
5	Liberdade da Terra	94.859,85
6	Quilombos da Mártires de Abril	85.171,22
7	Nova Vida	81.833,35
8	Aroma da Terra	94.681,35
9	Terra Santa	80.032,02
10	Estamos na Luta	81.833,35
TOTAL		850.618,95

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do INCRA, 2001.

O conjunto desses projetos compõe o Projeto Casulo, um convênio entre o INCRA e PMB. Os núcleos possuem suas competências individuais na execução do projeto, cabendo ao INCRA o financiamento da produção, habitação e alimentação e à PMB cabe a disponibilização de terra, infraestrutura (instalação elétrica, abastecimento de água e esgoto), saúde, educação, assistência técnica e capacitação (INCRA, 2001).

Anteriormente à aprovação do Novo Crédito Instalação, o INCRA disponibilizava o crédito Aquisição de Material de Construção, no valor de até R\$ 8.200,00 por família, voltado à construção das unidades habitacionais do assentamento. A partir de 2013, as moradias dos assentamentos são financiadas pelo PMCMV Rural, segundo a Portaria MC/MP/MDA nº78/2013. Ressalta-se que o AMA participou da antiga versão de viabilização do crédito, visto que o PMCMV Rural foi implementado em 2009 e o assentamento foi criado em 2001.

O Quadro 13 lista as modalidades de crédito cedidos pelo INCRA e o orçamento total da instituição ao AMA, de acordo com o ajuste fiscal referente ao

ano de criação do assentamento. O quadro 14 discrimina as atribuições da PMB e o respectivo investimento para área de implementação do assentamento em 2001.

Quadro 13 - Orçamento de créditos às famílias do AMA

TIPO DE CRÉDITO	Nº DE FAMÍLIAS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	ORÇAMENTO (R\$)
Crédito Apoio	95	1.400,00	133.000,00
Crédito Aquisição Material de Construção.	95	2.500,00	237.500,00
Crédito Produção	95	12.000,00	1.140.000,00
TOTAL	95	15.900,00	1.510.500,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do INCRA, 2001

Quadro 14 - Investimento da PMB

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES	VALOR (R\$)
Obtenção da terra (CODEM)	2.055.854,53
Estradas (Investimentos já realizados)	944.493,06
Educação (Custo anual estimado)	353.755,58
Saúde (Custo anual estimado)	16.329,78
Assistência Técnica (Custo anual estimado)	14.400,00
TOTAL	3.384.832,95

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do INCRA, 2001

A organização social e produtiva já se inicia desde o momento em que as famílias são mobilizadas pelo trabalho de base do MST na periferia de Belém e na construção do acampamento. Segundo Abe (2002), as famílias iniciam a organização em grupos por afinidade e equipes de trabalho num processo pedagógico para construção do assentamento. O acampamento é a fase da adaptação destas famílias.

Como já mencionado anteriormente, as famílias assentadas estavam divididas em dez Núcleos Base (NB) para produção, sendo identificados por um número e um nome, podendo abrigar de, no mínimo, seis a, no máximo, dez famílias que realizavam trabalho, produção e comercialização de forma coletiva, descritas no Quadro 15. Cada núcleo optou por uma ou mais linhas de produção de cultura

permanente, tais como: cupuaçu, maracujá e açaí, consórcio de cultivos, horticultura orgânica, piscicultura e criação de pequenos animais.

Quadro 15 - Núcleos Base do AMA

NÚCLEO	NOME	Nº DE FAMÍLIAS	MÃO-DE-OBRA DISPONÍVEL
1	Com Deus venceremos	10	40
2	Mão de Jesus Cristo	9	30
3	3 de maio	9	33
4	Nova Esperança	9	31
5	Liberdade da Terra	10	33
6	Quilombos da Mártires de Abril	9	40
7	Nova Vida	10	38
8	Aroma da Terra	10	37
9	Terra Santa	9	35
10	Estamos na Luta	10	40
TOTAL		95	357

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do INCRA, 2001

No que se refere à organização social e produtiva, Antônio destaca:

A gente tinha uma comunidade onde se tinha democracia ascendente e descendente, as informações iam e vinham, os NB funcionava. Dentro das dez famílias de cada NB, cada família tinha um papel. Um era coordenador de saúde, outro de segurança. Todo mundo exercia uma atividade e tinha as coordenações dos grupos e cada coordenação tinha sua reunião e a assembleia geral dos NB. (entrevista realizada com Antônio, em 11/03/17)

Segundo Antônio, a configuração social e produtiva funcionou se manteve pouco alterada até o ano de 2005. A partir de 2006, a organização social e produtiva é abalada. O enfraquecimento é consequência de uma crise no MST em âmbito nacional que repercutiu diretamente no AMA.

De acordo com o entrevistado, a desarticulação se iniciou com a expulsão de parte da militância de frente do MST que originou a organização denominada de Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). A organização se difundiu nacionalmente e, no AMA, passou a disputar a liderança do assentamento, o território e as famílias associadas com a APROAMA.

A APROAMA e a FETAGRI entraram em choque causando conflitos de interesses internos entre as lideranças do assentamento. Para os assentados entrevistados, os constantes conflitos entre as associações dividiu o assentamento em dois grupos e desestruturou a organização social e produtiva. Antônio relata que, das 99 famílias associadas à APROAMA, restaram apenas 13 famílias. Todas as outras se vincularam à FETAGRI. Contudo, a liderança da FETAGRI foi marcada por corrupção e pela desestruturação do assentamento, visto que a liderança não repassava os recursos aos assentados e ainda comercializou os equipamentos de uso coletivo do AMA.

A gente tínhamos escola lá dentro, tudo conquista do Movimento, enfim, tinha toda uma estrutura. Aí teve um racha lá, mas foi culpa da FETAGRI ai desestruturou tudinho e foi embora. Acabou com todo patrimônio do assentamento e engraçado... os cabeças [lideranças da FETAGRI] sumiram. Só se deram bem e sumiram e os trouxas ficaram. (Entrevista com D. Helena, em 07/01/17).

Segundo D. Helena, o conflito entre APROAMA e FETAGRI foi o responsável pelo desmembramento dos NB de produção. Para os assentados, esta foi a maior perda do assentamento, pois a organização produtiva funcionava de forma exemplar. A atuação da FETAGRI no assentamento se mostra uma grande contradição. Depois de desestruturar o assentamento e desmembrar a organização social e produtiva, a organização vê a necessidade de reagrupar as famílias e instituir novas associações de produção. Assim como a disputa por liderança, este modelo produtivo coordenado pela FETAGRI não durou muito tempo, deixando o assentamento desestruturado.

Após atrito entre as lideranças do assentamento, os NB de produção se desfizeram e cada família assentada ficou responsável pelo seu respectivo lote. O modo de produção também sofreu modificações, tornando-se individual ou por associações entre os próprios assentados, sendo estas independentes de organizações.

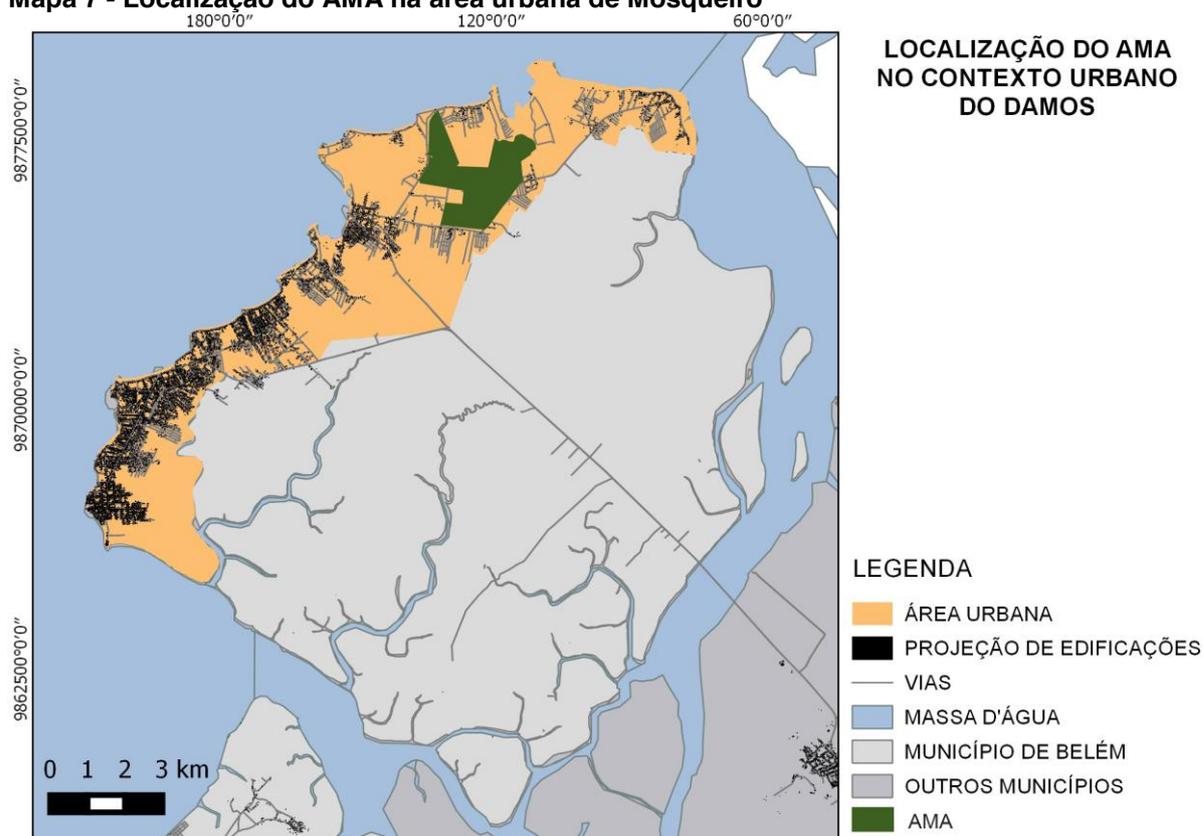
CAPÍTULO III – Reflexões sobre as políticas públicas “espaciais” e o ambiente construído do AMA.

3.1. Macroescala: o PCA Mártires de Abril e a Expressão Urbana

A macroescala de análise indica as diversidades espaciais e das relações sociais presentes no entorno e dentro do assentamento. Para elucidar o contexto no qual o AMA está inserido, primeiramente se contextualiza o local de inserção do e, em seguida, se apresentam as principais problemáticas presentes no assentamento como consequência de sua localização dentro do DAMOS.

O assentamento está inserido entre os bairros do Marauh, Paraíso e Carananduba, sendo os dois primeiros conhecidos pelas praias de mesmo nome e o último por ser uma importante centralidade para o distrito e por concentrar diversos serviços e equipamentos urbanos (Mapa7).

Mapa 7 - Localização do AMA na área urbana de Mosqueiro



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da CODEM (2001).

O assentamento apresenta particularidades oriundas da implantação do projeto Casulo no contexto urbano do distrito. De acordo com o INCRA, a

modalidade é um assentamento rural localizado nas proximidades de importantes núcleos urbanos, entretanto a modalidade desconsidera a dinâmica periurbana na qual o assentamento está inserido, limitando o PDA apenas aos aspectos internos do projeto Casulo, como a configuração espacial e organização social e produtiva. No entanto, o contexto urbano do entorno influencia diretamente a dinâmica interna do assentamento, ao passo que a localização do AMA no contexto urbano levanta questionamentos quanto à classificação dicotômica de assentamento rural e urbano adotada pelo Estado durante a elaboração de políticas públicas espaciais.

A problemática em torno do assentamento se inicia com a implantação do Projeto Casulo ao limitar a dinâmica periurbana à proximidade de núcleos urbanos, desconsiderando a influência do entorno urbano sobre o assentamento, a qual pode ser percebida através da relação do assentamento com as vicinais de acesso e pela relação direta com a Praça do Carananduba.

A implantação do Projeto Casulo Mártires de Abril no entorno urbano e o ordenamento em forma de agrovila demonstra a complexidade do assentamento, o qual se mostra em constante transformação desde que foi implantado em outubro de 2001. Inicialmente pensado para separação das funções de morar e habitar, o assentamento se reinventa, evidenciando sua vocação rural ao reproduzir trabalho e moradia no mesmo espaço, sem deixar de manifestar expressões de urbanidade inerentes à sua localidade.

O AMA está localizado próximo à Praça do Carananduba, importante centralidade do distrito, onde se concentram diversos serviços e equipamentos urbanos (Mapa 8). A praça está situada na confluência da PA-391, que liga Mosqueiro a Belém e a Av. 16 de novembro, principal avenida do distrito. Nesta centralidade, se percebe uma área bem servida de equipamentos e serviços urbanos, em que se encontram, além da praça, dois templos religiosos (Figura 6), posto de saúde (Figura 7), bares, restaurantes, lanchonetes, mercado do Carananduba, academia popular, quiosques, delegacia, ponto de táxi e mototáxi e um terminal de integração (Figura 8) que recebe os passageiros que chegam de Belém e interliga as diferentes regiões do distrito.

Mapa 8 - Serviços urbanos da Praça do Carananduba



Fonte: Elaboração própria, a partir de imagem do Google

Figura 6 - Templos religiosos



Fonte: Rebello, 2017

Figura 7 - Posto de Saúde do Carananduba



Fonte: Rebello, 2017

Figura 8 - Terminal de Integração



Fonte: Rebello, 2017

O AMA possui, simultaneamente, características urbanas e rurais, sendo que, dentro do assentamento, o rural é mais evidente. Por outro lado, as expressões urbanas dos assentados se mostram como consequência da periurbanidade que se manifesta através da natureza dual do AMA. A inserção do assentamento dentro da área urbana de Mosqueiro possibilita que a unidade familiar tenha uma fonte de renda que não dependa exclusivamente do trabalho e da comercialização da produção agrícola.

Para ilustrar essa prática, se utiliza o exemplo de D. Helena, assentada do AMA, que pela manhã aluga um box no Mercado do Carananduba para vender tapioca e à tarde trabalha no seu lote agrícola

Faço minhas coisas lá [lote] e venho vender aqui [tapiocaria]. Faço meus sucos, minhas polpas. Mais de 40% do que eu vendo aqui é do meu lote. Só o que eu compro do outro assentamento é a goma, macaxeira e a mandioca

que a eu uso de lá do Paulo Fontelles, de outro assentamento. (Entrevista realizada com Antônio no dia 11/03/2017).

Ao olhar para dentro do AMA, a agricultura familiar é a principal fonte de renda dos assentados, caracterizando-os como agricultores familiares. Porém, as práticas socioespaciais apresentam uma diversidade e, ao mesmo tempo, uma complexidade, visto que se percebe a coexistência de práticas rurais e urbanas que se manifestam no modo de vida do assentado. No caso do assentamento em questão, o trabalho urbano é uma renda extra para complementar o orçamento familiar, sem substituir o trabalho agrícola. O salário ganho é convertido em bens de consumo para a família e investido no próprio lote, através da compra de equipamentos e insumos. O trabalho urbano é uma estratégia de sobrevivência que os assentados têm para dar continuidade à produção no período de entressafra, visto que a agricultura depende de muitos fatores.

Por outro lado, existem aqueles que trabalham exclusivamente com o trabalho urbano e não desenvolvem produção agrícola no lote. Como o trabalho de base foi feito na periferia de Belém, a grande maioria dos assentados era de trabalhadores urbanos sem experiência com agricultura. Quando o assentamento foi implantado, se estimulou o desenvolvimento da produção agrícola, mas nem todos se adaptaram a este tipo de trabalho e preferiram continuar como assalariados, trabalhando no distrito ou em Belém.

tem o cara que é pedreiro que vai vender a mão de obra fora, porque não tem trabalho pra ele dentro do assentamento. Aí ele vai vender a mão-de-obra fora. Tem gente que trabalha em Belém, outras aqui em Mosqueiro. Eu, particularmente, trabalho numa escola aqui em mosqueiro. (Entrevista realizada com Antônio no dia 11/03/2017).

Diante disso, o trabalho externo se mostra como um conflito contemporâneo para o assentamento, visto que, para o governo municipal a inserção no tecido urbano aliado à prática do trabalho urbano conferem aos assentados aspectos predominantemente urbanos. O que se verifica é que o modo de vida periurbano é desconsiderado no momento de elaboração de políticas públicas “espaciais” para modalidade Casulo. O INCRA e a PMB abordam superficialmente a questão periurbana, limitando-a a dinâmica espacial sem considerar as diversas práticas que a localização do assentamento permite.

Ao analisar a modalidade Casulo, se levantam algumas problemáticas que influenciaram o remodelamento do AMA. A primeira é a superficialidade dos estudos

para implantação, deixando esta responsabilidade exclusivamente com os assentados que, sem a assessoria técnica, optaram pela proposta mais fácil e não a mais adequada. A segunda problemática se refere à limitação do INCRA ao fornecimento de cartas de crédito e ao planejamento territorial limitado à poligonal do assentamento sem considerar o entorno urbano e as diversas dinâmicas que incidem sobre o AMA. Por fim, a terceira problemática é o não cumprimento do acordo por parte da PMB, referente à execução das políticas públicas no assentamento. Dentre as problemáticas apresentadas, destaca-se a última como a de maior impacto negativo sobre o assentamento.

O conjunto de ações e inações levou ao remodelamento do projeto Casulo em diferentes níveis. Em nível de implantação, percebe-se que a falta de políticas públicas, entre outros fatores, originou o movimento migratório da agrovila para os lotes, os quais são diretamente influenciados por sua localização na beira das estradas de acesso ao assentamento. A localização da agrovila no interior do terreno perde o vínculo com a estrada e, conseqüentemente, a percepção do urbano é praticamente inexistente. Neste caso específico, se verifica que o parcelamento ortogonal não se mostrou como o mais indicado, visto que o movimento migratório leva a um parcelamento individual ao longo das vicinais.

Sendo assim, a configuração interna do assentamento se mostra uma contradição, visto que, a agrovila inicialmente pensada para uma organização tipicamente urbana não apresenta expressões urbanas significativas. A característica percebida é o parcelamento em quadras e lotes, mesmo assim o urbano não é determinado pelo parcelamento. A localização distante da estrada da Baía do Sol confere à agrovila aspecto de isolamento, como se não estivesse inserido no contexto urbano do distrito. Atualmente, a agrovila se encontra praticamente abandonada. Segundo Antônio, mais da metade dos primeiros assentados comercializaram suas casas e se mudaram para os lotes.

Por outro lado, os lotes agrícolas destinados à produção rural apresentam significativas expressões urbanas proporcionadas pela proximidade à Praça do Carananduba e pela relação direta com a estrada do Maraú e Baía do Sol. Apesar do desenvolvimento da produção agrícola, a percepção do urbano é mais evidente, seja pela relação direta com os outros assentamentos, tais como o Elizabeth

Teixeira e Paulo Fontelles, como pela constante passagem de automóveis em frente aos lotes.

As diferentes percepções sobre o mesmo assentamento, característica da periurbanização, levanta problemáticas quanto classificação do mesmo, visto que a visão dicotômica de assentamento rural e/ou urbano não contempla a especificidade de assentamentos periurbanos, como o AMA. O que se percebe é que a dinâmica Periurbana é desconsiderada durante a elaboração de políticas públicas “espaciais”. Tal fato demonstra que é errôneo trabalhar com apenas uma visão sobre assentamentos humanos no país e, principalmente, na Amazônia. Mesmo que os assentamentos se mostrem semelhantes, as dinâmicas socioespaciais são individuais e próprias dos agentes produtores daquele território.

Aliado às diferentes percepções internas do assentamento, a localização do AMA no contexto urbano do distrito dificulta a aplicação de políticas públicas locais e nacionais no assentamento. A desarticulação entre as diferentes esferas de governo é evidenciada com a implantação do PMCMVR. De acordo com a D. Maria, os técnicos da CEF alegaram que o AMA não é rural e sim urbano. Esta visão se justifica pela integração pelas vicinais, a localização entre dois bairros urbanizados, Carananduba e Paraíso, e o acesso aos serviços urbanos. A problemática quanto à classificação do assentamento se mostra uma limitação desde a implantação do projeto Casulo, o qual foi pensado para área Periurbana, mas que se limita ao planejamento interno do assentamento, sem levar em consideração as dinâmicas externas que estão em constante modificação e que moldam o AMA.

Sendo assim, a localização do assentamento no distrito levanta questionamentos quanto à sua classificação de assentamento rural. A desarticulação entre as esferas de governo se torna mais evidente quando se trata da implantação do PMCMV Rural no assentamento. De acordo com a D. Maria, o ex-prefeito Duciomar, no período da sua gestão, assinou um documento alegando que Mosqueiro não possuía nenhum assentamento rural. Por outro lado, existe o Processo de constituição do assentamento, fruto da parceria entre o INCRA e a PMB, atestando que o Mártires de Abril é assentamento rural, produto da Reforma Agrária. São estas contradições que dificultam a aplicação de políticas públicas para os assentados.

Olha, até ano passado tava uma questão dentro da Prefeitura de que o Duciomar tinha feito um dossiê de que Mosqueiro não tinha trabalhador

rural, sendo que o Projeto Casulo tem um convênio com a prefeitura e governo federal. Como é que o cara vai fazer um documento, um dossiê, dizendo que Mosqueiro não tem assentamento rural?! [...] O AMA e o Elizabeth Teixeira são Projeto Casulo e a gente dentro. No dia que estávamos fazendo a discussão do projeto do PMCMV eles colocaram um documento lá na SEURB, um mapa dizendo que dentro de mosqueiro não existia e a gente com toda documentação [processo do INCRA] dizendo que tinha sido liberado pela prefeitura e pelo INCRA. Eles queriam barrar o projeto. não queriam liberar. Depois de muita briga que a gente conseguiu provar pra eles que existia. (Entrevista com D. Maria, realizada no dia 07/01/2017).

As limitadas classificações conceituais das políticas públicas vigentes, aliada a um Estado desarticulado causam confusão quanto à classificação territorial da modalidade de Projeto Casulo. A classificação dicotômica do assentamento quanto como rural ou urbano não se aplica ao assentamento periurbano. A plurifuncionalidade das atividades materializadas no espaço do assentamento possibilitam diferentes interpretações e, dependendo da finalidade, o Estado escolhe a interpretação que mais lhe convém, eximindo-se de suas responsabilidades.

3.2. Microescala de Análise: O PMCMV e a consolidação do lote rural.

Esta seção tem por finalidade analisar o lote de produção rural 16 (Dezesseis) Irmãos, propriedade de D. Maria, fruto da reconfiguração espacial do AMA após a desarticulação dos NB de produção e desmembramento dos lotes de trabalho coletivo. Ao resgatar o processo de formação dos lotes individuais de produção rural foi possível identificar as temporalidades e espacialidades do assentamento, bem como sua complexa formação ao longo dos últimos vinte anos. “Desta forma, estuda as particularidades do presente a partir das heranças do passado, assim como indica possibilidades para o futuro”. (SOUZA, 2009, n.p.)

Após a reconfiguração do AMA, não se sabe precisar a quantidade de famílias presentes no assentamento nem quantos lotes existem, visto que após o desmembramento dos lotes rurais coletivos, não se tem a marcação do novo loteamento do assentamento. O recorte desta seção é o lote 16 Irmãos que se encontra na estrada do Marahu e possui testada de 60m por, aproximadamente, 400m de comprimento, totalizando 2,4 ha de área (Mapa 8). Por meio de observações empíricas, se verificou o ordenamento autônomo dos assentados que saíram da Agrovila, buscando um modo de vida mais próximo da dinâmica rural, sendo este consolidado pelo PMCMV Rural.

Mapa 9 - Localização Lote 16 Irmãos



Fonte: Elaboração própria, a partir de imagem do Google.

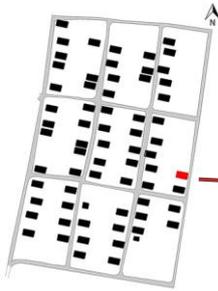
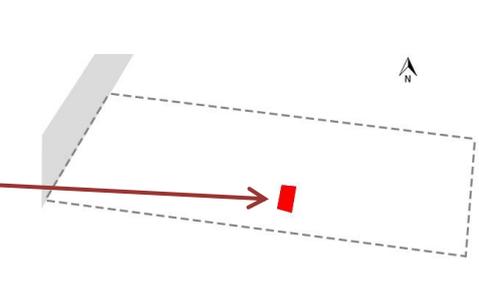
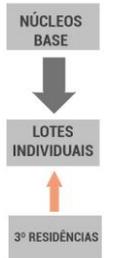
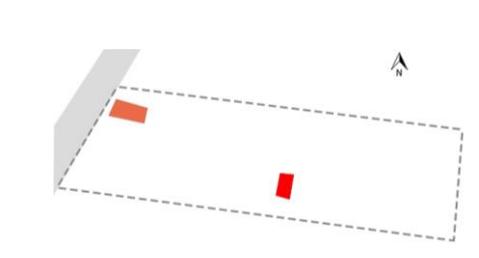
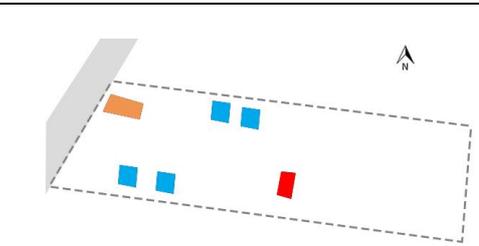
Ao analisar o discurso dos entrevistados acerca da formação do assentamento e o da proprietária do lote foi possível extrair três fases relacionadas ao processo de formação dos lotes individuais, sintetizadas no Quadro 16.

A primeira fase começa em 2001, mesmo ano de implantação do AMA, marcando o início da migração da agrovila para os lotes rurais de trabalho, materializada pela construção das segundas residências, geralmente, de madeira e barro construídas com recurso dos próprios assentados.

A segunda fase inicia em 2005/2006, sendo esta marcada pelo conflito entre as lideranças do assentamento que culminou na desarticulação dos NB de produção e constituição de associações produtivas independentes como nova forma de organização social e produtiva. No que se refere à unidade estudada, a segunda fase é representada pela construção da terceira residência, sendo esta em alvenaria, construída na beira da pista, a partir da comercialização da produção.

A terceira fase tem início em 2014 com a implantação do PMCMV Rural e consolidação dos lotes agrícolas como ordenamento territorial mais adequado ao assentamento. Apesar de todas as problemáticas que envolvem o PMCMV, a implantação do programa nos lotes agrícolas era uma demanda dos assentados desde a saída da moradia centralizada para os lotes agrícolas, visto que, ao mudar para os lotes, estes comercializaram ou abandonaram suas casas na agrovila.

Quadro 16 - Síntese das três fases do lote estudado

FASE	ACONTECIMENTO	PARCELAMENTO	
		AGROVILA	LOTES RURAIS DE PRODUÇÃO
I	Movimento de saída da Agrovila e construção das segundas residências no lote agrícola.		
II	Desarticulação dos NB e desmembramento dos lotes coletivos. Construção das terceiras residências, sendo estas em alvenaria, nos lotes.		
III	Consolidação da organização produtiva por associações independentes e Implantação do PMCMV Rural		

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados, 2017

Vale ressaltar que o movimento dentro do assentamento é constante e estas etapas não se encerram tampouco se esgotam. O que se percebe no AMA é a sobreposição das etapas, sendo que o movimento de saída da agrovila para os lotes agrícolas é percebido até hoje.

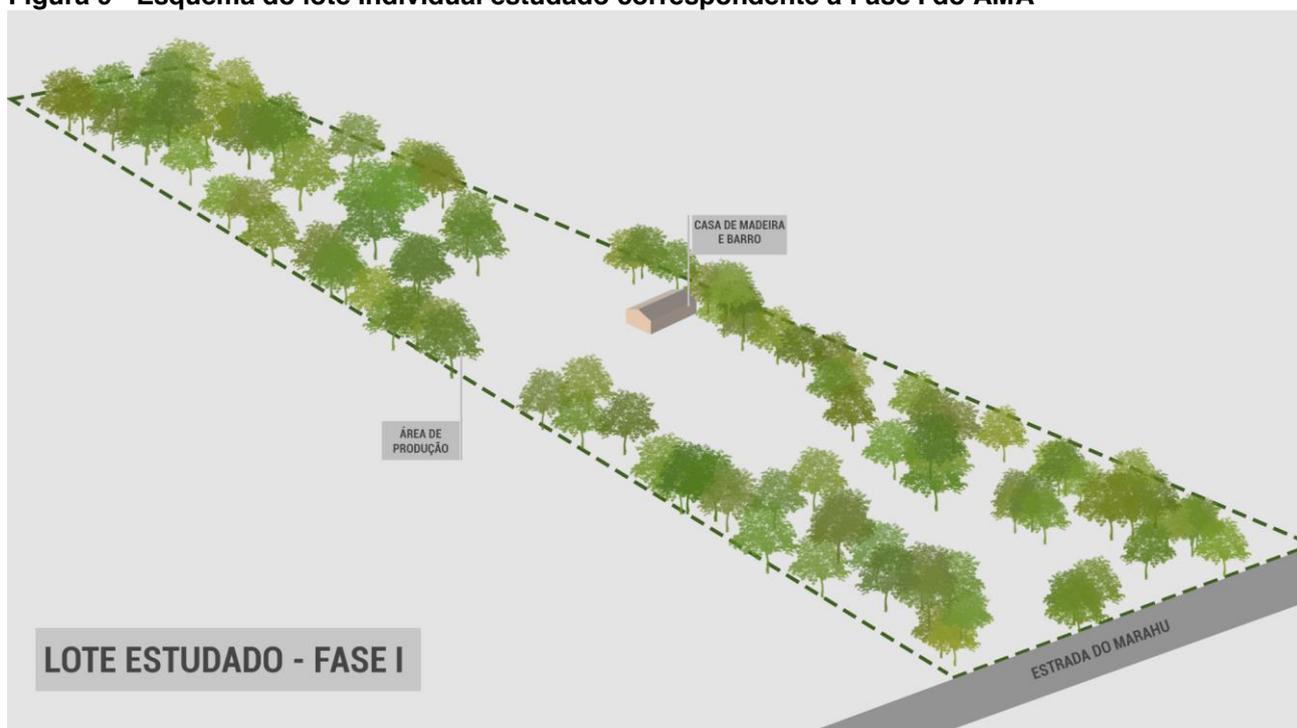
O movimento de saída da agrovila tem início em 2001, após a implantação do projeto Casulo. Como abordado anteriormente, o PCA propôs o parcelamento em agrovila e lotes rurais, em que o primeiro dispõe a organização das moradias de modo centralizado e o segundo é destinado ao trabalho agrícola. No entanto, os

saques da produção aliado à distância entre lotes e moradia levaram ao movimento de saída da agrovila para os lotes agrícolas. A migração dos assentados instalados na agrovila para os lotes marca o início da primeira reconfiguração espacial do assentamento e primeira fase dos lotes rurais, sendo este acontecimento relatado por D. Helena:

Umás famílias optaram pro lote e outras para agrovila aí na época a votação pra agrovila ganhou. Tudo foi por votação, foi culpa nossa mesmo. Só que quem votou pra agrovila se deu tão mal que hoje tá todo mundo espalhado. Porque você ia e quando você voltava de manhã, não tinha mais nada. Aí você vai brigar? Não. Vai fazer o quê!? Aí hoje não, tá mais tranquilo. Muita gente se mudou pro lote. (Entrevista realizada com D. Helena no dia 07/01/17).

A saída da agrovila simboliza a saída de um suposto modo de vida urbano, proporcionado pelo parcelamento ortogonal e pela setorização das atividades, para um modo de vida rural, onde o trabalho e a moradia se reproduzem no mesmo espaço (Figura 9). Para construir as casas nos lotes agrícolas foi necessária a comercialização das residências construídas com o auxílio do crédito do INCRA para adquirir material de construção para ocupar os lotes de produção. A mudança para os lotes é materializada através da autoconstrução de segundas residências nos lotes rurais, geralmente de madeira e barro representado pela Figura 10, conforme apontado no Quadro 16. Diante disso, a construção de tais residências simboliza o possível parcelamento adequado para o AMA, ao passo que a demanda por uma casa no lote refletiu a ineficácia do PCA que não atentou para as demandas dos assentados. O que se verifica é a necessidade de uma casa no lote, independente da criação ou não da agrovila.

Figura 9 - Esquema do lote Individual estudado correspondente à Fase I do AMA



Fonte: Elaboração própria

Figura 10 - Segunda residência de madeira e barro



Fonte: Rebello, 2016

No que se refere à organização produtiva, o ano de 2005/2006 é marcado pelo conflito entre a APROAMA e FETAGRI pela disputa de liderança do assentamento que provocou a desarticulação dos NB de produção. Desde esse episódio, as famílias passaram a produzir de forma independente e/ou por associações formadas por afinidade entre os assentados. A nova configuração por associações independentes é a chave para compreensão e implementação do PMCMVR.

As associações produtivas são grupos de trabalho formados de forma independente entre os assentados, não têm um limite máximo de associados e não se restringem aos assentados do Mártires de Abril. As mais organizadas possuem um estatuto próprio e possuem um ou dois coordenadores. As atividades são divididas entre os assentados associados e o trabalho é realizado de forma coletiva e semicoletiva nos lotes individuais.

D. Helena, por exemplo, relata sua experiência numa associação de sete mulheres, dentre estas, quatro são assentadas do AMA, duas são assentadas do Assentamento Paulo Fontelles e uma do Assentamento Elizabeth Teixeira. Para D. Helena, a associação tem funcionado e estimulado outros assentados a constituírem grupos de trabalho, retomando a ideologia inicial do MST, pautada no trabalho coletivo.

Nós somos um grupo de sete mulheres [...] o nosso grupo que é todo dentro da ideologia do Movimento e da discussão do MST. [...] a gente tá se dando bem. Já estamos há alguns anos assim. Estas sete já estão bem maduras aí a gente pretende aumentar mais, até porque, quando a gente sai, só nós sete é muita demanda e a gente não dá conta. Nós queremos agregar, quer mostrar que pode dar certo o trabalho coletivo e que dá certo a gente pegar as coisas dos assentados e levar pra vender. Nossa associação é uma recapitulação do trabalho de base de como o projeto começou. (Entrevista com D. Helena, em 07/01/17).

De acordo com a D. Helena, elas já viajaram para várias cidades do país, participando de feiras nacionais promovidas pelo MST e comercializando os produtos orgânicos cultivados por elas. D. Helena acredita que o sucesso da associação e das vendas é consequência da preocupação em levar produto de boa qualidade ao consumidor.

[...] A gente trabalha a questão do orgânico. Gente não só o nosso lado, mas o lado do consumidor, principalmente o que ele tá comendo. É este modo de vida que a gente quer. A gente não quer trabalhar com químico. Nós somos uma feira diferenciada. (Entrevista com D. Helena, em 07/01/17).

Dentre as várias associações, destaca-se a associação coordenada por D. Maria, a qual é composta por vinte integrantes e se constitui como um dos maiores do assentamento. Através de reuniões regulares, o grupo delinea os próximos passos da associação e novas estratégias de produção, como pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 - Reunião da Associação



Fonte: Rebello, 2016

No que se refere ao trabalho coletivo e semicoletivo de agricultura familiar, estes grupos se mostram mais flexíveis. Com o desmembramento das unidades produtivas, cada associado produz no seu lote com o apoio do grupo através de mutirão. A produção agrícola é diversificada e a venda é feita através de parcerias com universidades, governo estadual e feiras orgânicas locais e nacionais. A renda arrecadada é reinvestida na produção e o lucro é repartido entre os associados.

Cada uma planta no seu lote. Mas a gente se ajuda. Uma vai ajudando a outra. Um dia em cada lote, porque assim dá certo, mas só nós sete. Aí tipo assim... quem tem mais pato, por exemplo, a gente pega de lá e faz a venda. A nossa vida é essa. (Entrevista com D. Helena em 07/01/17).

Através da produção e comercialização da produção agrícola, os assentados iniciam a construção de terceiras residências, sendo estas de alvenaria, localizadas na beira da pista. (Figura 12). Tais edificações representam a tendência de configuração do AMA, visto que a aproximação com as vicinais tem influência direta do aspecto econômico dos lotes, o qual é representado pela instalação de pequenos comércios em frente à casa construída. O que se percebe é que os lotes rurais se constituem como parcelamento mais adequado à finalidade do assentamento e onde as expressões urbanas podem ser percebidas mais claramente.

Figura 12 - Terceira residência em alvenaria– Estrada do Marau



Fonte: Rebello, 2016

O entorno urbano que caracteriza o assentamento também influencia as atividades econômicas do assentamento, visto que a produção agrícola do AMA é voltada para subsistência e para comercialização. Por estar inserido num entorno com demandas diversas, o assentamento trabalha na diversificação de produtos agrícolas para comercialização da produção. Se comparado ao início do assentamento, os lotes agrícolas estão bem mais desenvolvidos e com variedade de produtos. O lote estudado dispõe de três tanques para peixes, um galinheiro e uma estufa.

Figura 13 - Tanque de peixe



Fonte: Rebello, 2016

Figura 14 - Galinheiro



Fonte: Rebello, 2016

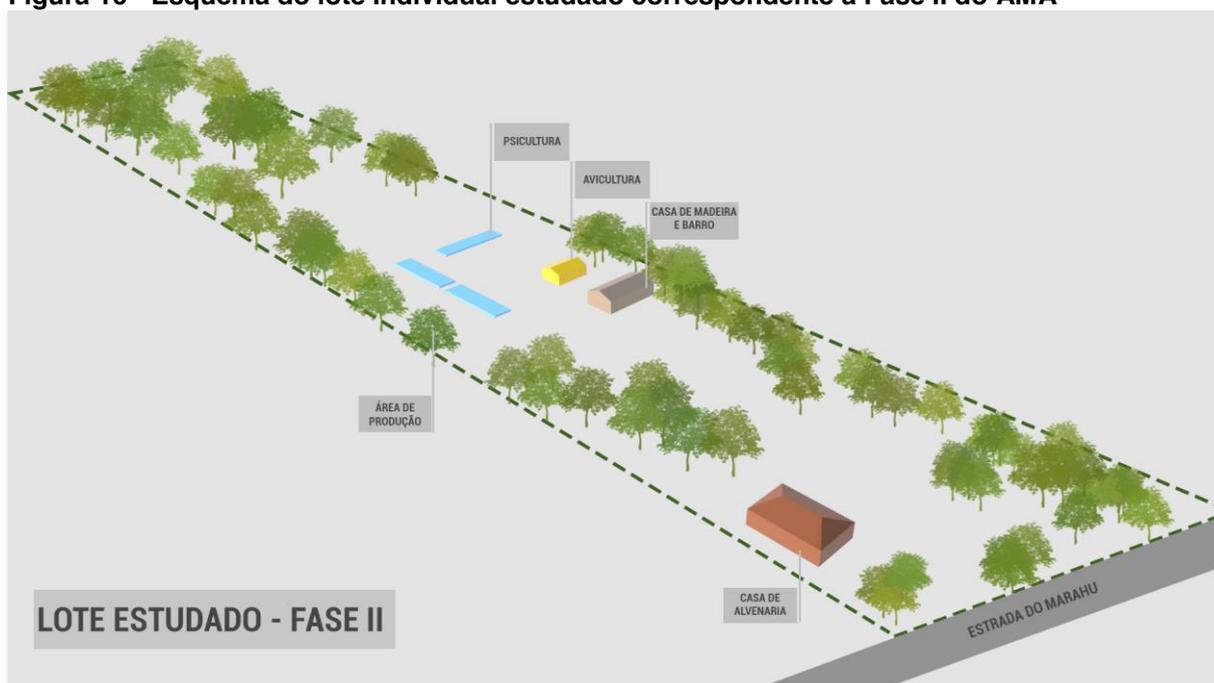
Figura 15 - Estufa



Fonte: Rebello, 2016

Os produtos podem ser comercializados de forma direta pelo assentado, tanto na testada do lote quanto nas praias do distrito, ou de forma indireta, por meio de feiras orgânicas em parceria com entidades. A Figura 16 ilustra o lote trabalhado, destacando principalmente a localização economicamente estratégica da nova residência na beira da pista.

Figura 16 - Esquema do lote Individual estudado correspondente à Fase II do AMA



Fonte: Elaboração própria

A localização da residência é influenciada pela relação com a Estrada do Maraú que dá acesso à Praça do Carananduba. D. Maria, instalou um pequeno comércio na frente da casa para comercializar os produtos do lote. Se comparado a agrovila, o lote é economicamente mais dinâmico e mais integrado ao distrito, ao passo que o urbano é percebido mais intensamente.

O que se observa a partir desta primeira reconfiguração espacial é que o assentamento não é estático, pelo contrário, sofre constantes alterações e se reproduz de acordo com a demanda do assentado. A partir da construção e evolução das moradias, nota-se que “a moradia é um elemento de fixação do homem à terra, sobretudo quando ele contribui com seu próprio esforço e responsabilidade para sua construção”. (PIRES, apud RODRIGUÉZ, 2016).

No que se refere à habitação de interesse social no campo, a partir de 2009 a construção de residências rurais passa a ser de responsabilidade do PMCMV, o qual tem uma modalidade exclusiva para o meio rural. Apesar de ter sido implantado em 2009, apenas em 2014 o Programa chegou à Mosqueiro. No mesmo ano, a associação de assentados, coordenada por D. Maria, junto com a entidade organizadora CNPE, deram entrada à CEF para implantação do PMCMV Rural no AMA. Ainda em 2014 foram aprovados dois projetos de cinquenta unidades

habitacionais do programa para serem construídas em duas etapas no assentamento.

O PMCMV Rural é a segunda política “espacial” a beneficiar o AMA, dando início a segunda configuração espacial do assentamento. Durante a incursão a campo, se percebeu que o Programa foi implantado apenas nos lotes rurais e não agrovila. A escolha pelos lotes reforça a dispersão espacial pulverizada como a mais adequada nas áreas de produção, ou seja, o programa habitacional é implantado nos lotes para suprir a demanda de uma residência que não foi construída durante a implantação do assentamento em 2001.

No caso do AMA, a concessão de créditos do Projeto Casulo foi realizada no nome do responsável pela unidade familiar, uma vez contemplado, este não pode ser beneficiado pelo PMCMV. A partir deste critério de seleção, se observa que, no caso do AMA, o PMCMVR beneficia, principalmente, os agregados dos beneficiados pelo PCA-INCRA. Percebe-se que no assentamento os beneficiados do programa são, geralmente, filhos, netos ou possuem parentesco com o primeiro assentado. Sendo assim, várias unidades do programa estão sendo construídas nos lotes rurais desordenadamente, visto que o PMCMV é um programa econômico que não apresenta nenhum tipo de planejamento territorial.

No que se refere à paisagem dos lotes agrícolas, percebe-se que o AMA sofre importantes mudanças desde a sua constituição, principalmente, com a chegada do PMCMVR. Antes da chegada do programa, os lotes possuíam, geralmente, uma ou duas casas, sendo uma de alvenaria e outra madeira e barro. Com PMCMVR é implantado outro modelo de casa externo à tipologia e à realidade do assentamento e da região.

Ao avaliar o processo evolutivo habitacional dos assentados do AMA, tem-se a primeira casa construída na agrovila, com recursos do INCRA, a qual foi abandonada ou comercializada. A segunda casa de madeira e barro construída no lote rural e, por fim, a terceira casa construída em alvenaria, também locada no lote, sendo estas duas últimas construídas com recursos próprios. Ao observar as moradias autoconstruídas pelo trabalhador rural percebe-se a heterogeneidade das construções que compõem a paisagem do lote rural. Ao construir sua própria

habitação, o trabalhador rural imprime sua história e o seu próprio ritmo construtivo que depende diretamente do seu poder aquisitivo. Em contrapartida à heterogeneidade, destaca-se o modelo do programa habitacional MCMV, sustentado na prática reprodutiva e homogeneizadora das unidades habitacionais.

Figura 17 - Casa de alvenaria autoconstruída



Fonte: Rebello, 2017

Figura 18 - Casa do PMCMVR

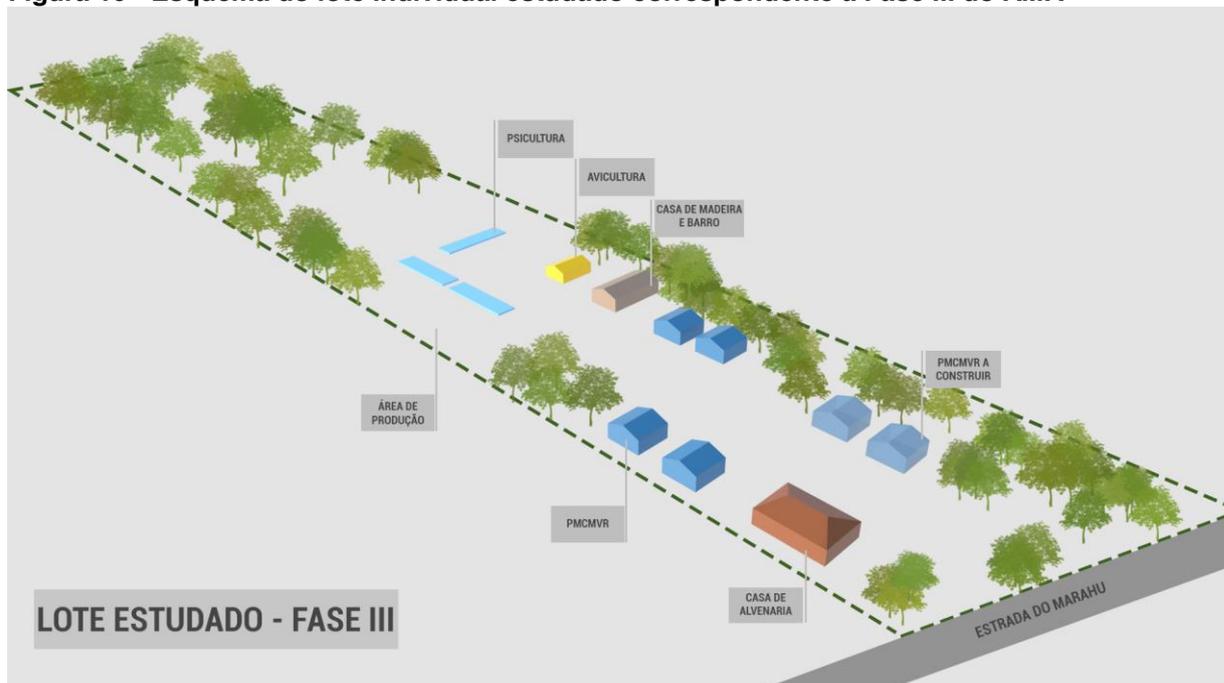


Fonte: Rebello, 2017

O esquema apresentado na Figura 19 mostra a atual configuração espacial no lote estudado, onde se percebe o predomínio das casas do programa sobre as casas do assentado. Cada casa destacada na cor azul é uma unidade do PMCMV Rural e pertence a algum agregado. Ao mesmo tempo em que o PMCMV consolida a implantação nos lotes, o programa constrói pequenas vilas familiares, sendo estas subordinadas à residência de padrão “inferior”, pois é nesta que o/a chefe da família

se encontra. A sociabilidade do lote agrícola se encontra no entorno da casa autoconstruída, sendo que, as refeições, encontros, reuniões familiares são realizados nesta casa, pois está adaptada à necessidade da família. Em alguns casos, a casa do programa serve apenas como dormitório.

Figura 19 - Esquema do lote Individual estudado correspondente à Fase III do AMA



Fonte: elaboração própria

O que se percebe é que as casas implantadas de forma desordenada e sem planejamento, estão substituindo a área de produção rural. O que se percebe nos lotes rurais é a constante ressignificação do uso do solo que inicialmente foi pensado para uso exclusivo de trabalho agrícola e atualmente divide espaço com as unidades habitacionais, como pode ser observado na Figura 20.

Figura 20 - Unidades do PMCMV e Área de produção



Fonte: elaboração própria

Apesar da dimensão do lote, percebe-se que a produção se concentra numa área do terreno bem próxima às moradias. A aproximação da produção das casas é o reflexo da diminuição da mão-de-obra familiar. Parte dos jovens que mora no assentamento, especialmente nos lotes rurais, têm demonstrado interesse mais pelo trabalho urbano do que pelo trabalho rural. D. Maria, por exemplo, possui quatro filhos e o interesse pelo trabalho rural é pouco manifestado

Os meus dois meninos, que são os dois mais velhos, focam muito no trabalho urbano. Eles estão crescendo, mas não no vínculo com a agricultura familiar. [...] pra eles é futebol e final de semana passear na praça. Quando eu chamo eles pra ajudar no campo, eles sempre dão uma desculpa, se eu passar outra atividade ele faz, ele diz: 'mãe, isso não é pra mim. Tenho outra visão.' Querem seguir o próprio caminho deles. Um trabalha na construção civil e quer ser engenheiro e o outro já casou e faz bico. Não vou forçar a ter amor pela agricultura. (Entrevista realizada com D. Maria 07/01/2017).

Através desse exemplo, se percebe também a divisão de trabalho por gênero. As mulheres geralmente estão mais ligadas ao trabalho na terra e à agricultura, enquanto os homens estão mais ligados a trabalhos urbanos e de construção civil. No que se refere ao lazer, os assentados apresentam diversas práticas que variam de acordo com as categorias sociais do assentamento. Aos adultos, primeiros assentados, o lazer é relacionado a alguma atividade de produção agrícola, aos cultos religiosos e passeios na Praça do Carananduba. Para os jovens, o lazer possui características urbanas mais fortes, influenciadas, principalmente pelo acesso

à internet, celulares, tevês por assinatura e encontros na Praça do Carananduba com amigos.

Para Antônio, as crianças e os jovens tendem a sair do AMA em busca de outras oportunidades. A proximidade à cidade permite que os jovens tenham facilidade de acesso a universidades e trabalhos urbanos. Para Antônio, o consumo fala mais alto que o desejo de trabalhar no campo.

Aqui o pessoal consegue se manter com a venda produção, mas não é aquele padrão de vida e tal. Acho que essa molecada, por causa do consumo, vai querer sair do assentamento e querer buscar outra vida [...] Tivemos grande perda na juventude, alguns jovens foram embora, por questão financeira é aquele debate: 'ah, meu pai é camponês e nunca conseguiu um carro. A forma pra eu conseguir o carro é saindo de dentro do assentamento pra ir vender minha mão-de-obra' [...] A gente fica triste com os que saíram, porque eu acho que aqui é que tá a perspectiva de vida. Eu creio muito nisso. (Entrevista realizada com Antônio, em 11/03/2017).

Dentre as problemáticas institucionais do PMCMVR apresenta-se, principalmente, a lentidão, a burocracia excessiva do programa e péssima qualidade do material de construção. A implantação das casas no assentamento iniciou no ano de 2014 e até o fim desta dissertação a maioria das casas não havia sido entregue. A falta de compromisso da assessoria técnica, problemas de pagamento etc. são constantes queixas dos assentados em relação ao programa. A modalidade de construção é a autoconstrução assistida, ou seja, o beneficiado é responsável pela construção da própria casa, sendo este auxiliado por uma assessoria técnica. O dinheiro para o material de construção vai diretamente para empresa que fornece o material. De acordo com relato dos assentados, o material é de baixa qualidade e muitas vezes se estragam, por causa da demora em executar as casas.

Muitas unidades habitacionais ainda estão em fase de construção, sendo que parte delas foi ocupada de forma irregular pelos beneficiados. Em alguns casos, o assentado beneficiado está finalizando a casa com recurso próprio, porque tem a necessidade de morar e o Programa não tem previsão de entrega.

Por outro lado, quando questionados se vale a pena enfrentar todos estes problemas pela casa, todos os entrevistados afirmaram que sim, por causa do valor investido no imóvel ser muito baixo. O custo total da casa é de R\$ 28.500 reais e o valor pago pelo assentado é de apenas R\$ 1.200 reais, sendo estes parcelados em quatro parcelas de trezentos reais. Apesar de todos os problemas construtivos,

inadequação do imóvel ao clima e a particularidades locais, a casa é um bem tão importante quanto a terra para produção.

Os serviços públicos municipais, principalmente ao abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, se configuram como os principais conflitos contemporâneos do assentamento. O abastecimento de água para os lotes rurais é inexistente o que compromete a produção em períodos de pouca chuva. Para irrigação da produção e consumo próprio, os assentados recorrem aos poços artesianos. No que se refere ao abastecimento de energia elétrica, esta é fornecida pela CELPA que aplica tarifa de consumo urbano para os assentados.

Para tratar da aplicação de serviços no assentamento, se retoma a questão da percepção espacial e de mundo vivido pelo assentado. Para os assentados do AMA, eles se identificam como assentamento rural, sendo confirmado pela atividade econômica predominante no assentamento, logo deveriam ter direito à tarifa de energia rural. Entretanto, a CELPA argumenta que a área do assentamento é urbana, insistindo em cobrar a tarifa urbana. Muitos dos assentados reclamam que trabalham para pagar a conta de luz, pois, se não pagarem, a CELPA corta o fornecimento e a produção é comprometida. Segundo d. Helena, atualmente a principal luta dos assentados é conseguir a tarifa rural de energia.

Eles cobram a tarifa urbana e a gente briga dizendo que é rural. Tem mês que pago R\$620. Eu choro. Já pensou ter que trabalhar só pra pagar energia?! O problema de energia é com todo mundo do assentamento. Se você fizer alguma coisa e não pagar a energia eles vêm e cortam. E aí? A gente precisa. Através dela você tem tudo. Aí tem que pagar. É doído viu? Doído mesmo. Muito complicado. (entrevista realizada com D. Helena, no dia 07/01/2017)

A prefeitura limita a classificação do assentamento, por meio de uma visão tecnicista e homogeneizadora. Ao classificar o AMA enquanto assentamento urbano é ignorar toda dinâmica rural presente no assentamento, ao passo que esta dinâmica já foi atestada pela própria prefeitura em 2001 no momento de implantação do AMA como assentamento rural de agricultura familiar. Diante destas contradições que surge a necessidade dos espaços periurbanos serem regidos por instrumentos urbanísticos específicos apropriados para uma zona de transição entre o urbano e o rural.

Os assentados do AMA se identificam como trabalhadores rurais, por outro lado reconhecem a proximidade do urbano, prejudicando a identificação do

assentamento. Maria destaca que há pouco tempo, toda a área de entorno era mato e que atualmente, já tem muitas casas e serviços em torno do assentamento. O território não é estático e ao longo desses anos, ocorreram diversas modificações. Maria percebe o avanço do urbano através da sensação de insegurança que, antigamente, esta preocupação não era tão latente. Hoje, a assentada relata que há muitos casos de furtos da produção.

Há três anos atrás, isso aqui era só matagal, hoje você vê que a característica do urbano tá praticamente ali no canto. Lá é urbano e aqui já rural, tá muito próximo mesmo. Por isso que, pros governos, hoje, eles acham que a área rural tá dentro da área urbana mesmo. (Entrevista com D. Maria, realizada no dia 07/01/2017).

Tais transformações espaciais exigem das políticas públicas constante atualização e novas abordagens acerca da diversidade do território. O caso do AMA mostra a necessidade de agregar uma pluralidade de conceitos à políticas “espaciais” que abordem e que passem a orientar mais de perto o governo em relação à implantação de assentamentos em espaços periurbanos. Além disso, é necessário perceber que o rural vai além do agrícola/produtivista e que estes espaços são complexos e heterogêneos. Para que isso aconteça, as políticas devem ser pensadas de dentro dos assentamentos, a partir de um olhar fenomenológico, tendo como ponto de vista o lugar vivido pelos assentados.

Percebe-se, também, a necessidade de revisão de conceitos sobre rural e urbano, visto que, no caso do AMA, estes conceitos são muito rígidos e institucionalizados. Tal institucionalização acarreta diversas problemáticas, principalmente relacionadas à aplicabilidade de políticas territoriais e serviços públicos. A partir desta revisão, os conceitos podem ser atualizados e incorporar a diversidade de assentamentos humanos existentes, principalmente na região amazônica.

3.3. Perspectivas para o AMA

Quando se pensa em assentamentos rurais, as primeiras impressões são relacionadas à estaticidade e isolamento. Contudo, este não é o caso do AMA. Diante do exposto, o assentamento em questão esteve em constante transformação desde o momento de sua implantação. Atualmente, o assentamento se manifesta de uma forma diferente daquela que foi pensada em 2001.

Além das dinâmicas internas, D. Maria prevê o avanço do urbano sobre o assentamento de forma mais intensa. Hoje o urbano é percebido através de práticas e relações sociais, bem como trabalhos externos ao assentamento. Durante as reuniões com o Movimento e com a associação, ela ressalta a importância de produzir e utilizar a terra para não perdê-la. Maria afirma que morar num lote rural não garante a propriedade da terra, mas o que atribui aspecto rural ao assentamento é a produção agrícola, pois se os assentados não produzirem, a terra é subutilizada e será substituída pelo tecido urbano.

Então, o que segura a terra não é você tá na terra, mas sim a produção. Independente de qualquer coisa, você tem que tá produzindo dentro da sua área. [...] Daqui a 10 anos ou 20 anos, isso aqui vai ser área urbana, principalmente se o pessoal não produzir dentro da sua área, porque tem muita área aí que o pessoal não tá trabalhando. (Entrevista realizada com D. Maria, em 07/01/2017).

No caso da senhora Helena, ela ressalta muita preocupação com a atuação política atual do país. Como as coisas têm caminhado, ela tem medo de mais cortes de recursos. Este medo faz com que ela e as mulheres da associação trabalhem e produzam mais, já prevendo possíveis dificuldades futuras quanto ao fornecimento de subsídios para agricultura familiar.

Diante de tantas transformações e de altos e baixos, acredita-se na reinvenção do Projeto Casulo. Apesar das problemáticas que envolvem a classificação se é rural ou urbano, a modalidade tem a vantagem de ser os dois simultaneamente e adaptar-se de acordo com a demanda necessária. Concomitantemente à explosão urbana abordada por Lefebvre, o que se vê no assentamento é a resistência e reinvenção do rural.

Nesses mais de quinze anos de existência, o AMA se mostrou um assentamento predominante rural de expressões urbanas. Porém, com o avanço da urbanização do distrito sobre o assentamento, talvez num prazo de dez ou vinte anos, o AMA seja um assentamento urbano de expressões rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Assentamento Casulo Mártires de Abril se mostra como instrumento materializado das políticas públicas, sendo estas pensadas no âmbito nacional, as quais se distanciam do lugar experimentado pelos assentados dentro da realidade periurbana.

Pensar políticas públicas efetivas é pensar na escala de atuação e implantação das mesmas. Para isso o sujeito deve ser respeitado enquanto protagonista da percepção do espaço. A partir desta perspectiva, critica-se a atuação das políticas públicas “espaciais” nacionais pensadas para assentamentos, as quais partem de uma visão puramente tecnicista, excludente e homogeneizadora.

A partir da análise da origem, da construção e da consolidação do AMA, esta dissertação se propôs a refletir sobre a atuação das políticas públicas “espaciais” do Projeto Casulo e do PMCMV Rural no AMA. Através de incursões a campo percebeu-se a tendência homogeneizadora dos assentamentos construídos a partir de processos heterogêneos, enquadrando-os em conceitos rígidos de assentamentos urbano e rural e ignorando os assentamentos periurbanos.

Ao tratar do AMA, três aspectos interligados se destacaram: a escassez de discussão sobre o espaço periurbano nas políticas espaciais, o que se considerou rural na política habitacional do PMCMV Rural e, principalmente, o distanciamento entre a elaboração das diretrizes destas políticas “espaciais” para a realidade vivida pelo assentamento em questão.

No primeiro aspecto, destaca-se o INCRA e a PMB como agentes produtores do espaço que regularizam a localização do assentamento associando a modalidade do Projeto Casulo apenas à proximidade física do núcleo urbano e não à dinâmica de crescimento urbano presente no distrito de Mosqueiro. Esta restrita associação ignora o contexto urbano que o assentamento está inserido, a presença das vias de acesso ao AMA e, principalmente, proximidade do assentamento à Praça do Carananduba que, em poucos anos, se mostrou importante centralidade do distrito e se tornou subsídio para questionar a identidade do AMA pelo próprio Estado.

O segundo aspecto destaca a problemática do PMCMV Rural que, no interesse econômico de construir unidades habitacionais, ignora o processo de formação do assentamento, a configuração espacial e como o grupo de assentados se apropria do espaço. O programa não apresenta nenhum planejamento territorial, dando margem para ressignificação do uso do solo ao substituir a área de produção agrícola por área residencial.

Observa-se a prática de patrimonialização da unidade habitacional que se transforma num bem material essencial possível de ser alcançado, através do investimento. A partir da inserção dos modelos habitacionais do programa, a dimensão paisagística dos lotes é modificada, transformando-se em pequenas vilas familiares de casas de alvenaria, as quais substituem as casas de madeira e barro comumente adotadas pelos assentados. Ressalta-se que não é uma crítica à necessidade de habitação rural, mas ao modelo homogeneizador do programa que é implantado à região sem um planejamento adequado.

Paralelamente às problemáticas do PMCMV, as unidades habitacionais nos lotes era uma demanda dos assentados desde a implantação do PC Mártires de Abril, que previu residência apenas na agrovila. O programa habitacional consolida um novo parcelamento espacial ao longo das importantes estradas de acesso ao assentamento.

O terceiro aspecto se refere ao distanciamento das políticas públicas da realidade vivida pelos assentados. A partir da Geografia Fenomenológica como instrumento metodológico foi possível perceber que a dinâmica periurbana ultrapassa os limites territoriais e abrange o modo de vida dos assentados, o qual não é contemplado na elaboração das políticas “espaciais” pelo Estado.

No caso do assentamento em questão, a localização, a partir da visão estatal, é a problemática central quanto à classificação do que é rural e do que é urbano. No que se refere às políticas “espaciais”, o Estado não enxerga a zona periurbana que está entre os conceitos de rural e urbano. O AMA se apresenta como assentamento periurbano, onde o rural é mais evidente, devido à produção agrícola. Por outro lado, o interesse estatal aliado ao capital, o enxerga como assentamento urbano ao afirmar que o assentamento se encontra numa zona de expansão urbana e por isso

aos assentados devem pagar por tarifas de energias urbanas e a obra do PMCMV Rural deveria ser paralisada. Diante destas situações vivenciadas pelos assentados, constata-se que o Estado se contradiz em suas ações e em suas políticas constantemente.

Diante do exposto, a elaboração de políticas públicas nacionais e locais não contemplam os espaços periurbanos, pois não acompanharam a mutabilidade destes espaços. As diferentes esferas de governo não conversam e esta desarticulação origina as diferentes problemáticas existentes nestes espaços e, conseqüentemente, no assentamento. É necessária a atualização das políticas públicas “espaciais” e a elaboração de políticas específicas para espaços e assentamentos periurbanos. Tais políticas devem ser participativas e pensadas da microescala para macroescala.

O que se busca não é um modelo ou um manual de elaboração de projetos de assentamento periurbano. Mas, uma metodologia para Projetos de assentamentos Casulo. Esta modalidade está sujeita a diferentes dinâmicas internas e externas que moldam o assentamento constantemente, por isso seria necessário um acompanhamento constante de assessoria técnica integrada às políticas públicas para acompanhar o movimento do assentamento e atender às suas principais demandas.

REFERÊNCIAS

ABE, Marlene Naoyo. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

AMORE, Caio Santo. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz (Org.). **Minha casa... e a cidade?:** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles : Letra Capital, 2015. Cap. 1. p. 11-28. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1%3Alivros&id=154%3Aminha-casa-e-a-cidade&Itemid=123&lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2015.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. **Minha Casa, Minha Vida, o pacote habitacional de Lula:** Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3580:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171>. Acesso em: 22 out. 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BELÉM. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM. Portaria nº 64, de 14 de outubro de 1999. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, PA, 15 out. 1999. N.p.

_____. Processo n. 541.00.001308/2001-62, referente à criação do Projeto Casulo Mártires de Abril. INCRA: Belém, 2001.

_____. Secretaria de Economia. Portaria n. 061/97. **Diário Oficial do Município de Belém**, Belém, PA, s.d. out. 1997. N.p.

_____. Segundo Ofício do Registro de Imóveis. Certidão que confirma a transmissão de todos os bens correspondentes ao patrimônio Enfitéutico existentes no Distrito de Mosqueiro e Ilha de Caratateua (Outeiro) para CODEM. Certidão, 21 de junho de 1978.

BRASIL. Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8677.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. Ministério das Cidades. **Programa Nacional de Habitação Rural**. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso em: Acesso em: 29 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria n. 78, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os valores máximos para aquisição de imóveis rurais. **Diário Oficial da União**, 01 de fevereiro de 2013, seção 1, p. 87.

BROWDER, J.; GODFREY, B. **Cidades da Floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006. 384 p.

CARAFFA, Marina. **Projeto de Assentamento Rural**: um estudo do ambiente construído no assentamento Zumbi dos Palmares. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-17102014-093759/pt-br.php>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2013. p. 17-66. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=1:livros&id=130:o-programa-minha-casa-minha-vida-e-seus-efeitos-territoriais&Itemid=123&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2015.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Cidade Capitalista e Política Urbana no Brasil do século XXI: como pensar a realidade periurbana?. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (Org.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed.ufpa, 2012. Cap. 1. p. 29-52.

Souza, Charles Benedito Gemaque. (2009). A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. *Confins*, [online] (5). Disponível em: <http://confins.revues.org/5633?&id=5633#quotation>. Acesso em: 10 mai. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2006.

FERREIRA, Regina Fátima. Movimentos sociais, Autogestão e a construção da política nacional de habitação no Brasil. In: LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012b. p. 116-136. (Habitação e Cidade). Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/autogestao_brasil2013.pdf>. Acesso em: 09 out. 2015.

FERREIRA, Sandro Brito. **A Expansão dos Assentamentos Residenciais na Ilha de Mosqueiro**: uma oportunidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA). 2012a. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 111-130, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Mar. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999

LEFEBVRE, HENRI. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.

MACHADO, L. O. Urbanization et marché du travail en Amazonie brésilienne. In: DIAS, L. C.; RAUD. C. (Orgs.) Villes et régions au Brésil. Paris: L'Harmatan, 2000. p. 165-191.

MARICATO, Erminia. **Para entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Eveniza. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. p. 19-48. (Habitação e Cidade). Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/autogestao_brasil2013.pdf>. Acesso em: 09 out. 2015.

MONTE-MOR, R. L. M. Extended urbanization and settlement patterns in Brazil: an environmental approach. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlin: Jovis, 2014, p. 109-120.

MONTE-MOR, Roberto Luis. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.

RIBEIRO, Rovaine. A Política Habitacional recente e sua expressão em municípios da Amazônia Oriental: os exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia – PA. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (Org.). **A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Ed.ufpa, 2012. p. 215-229.

RODRIGUÉZ, Angel Stive Castañeda. **Qualidade da habitação nos assentamentos rurais no PNHR/PMCMV do estado de São Paulo: casos Florestan Fernandes, Dona Carmem e Boa Esperança**. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-30062016-115312/pt-br.php>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p.260-269, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200013>. Acesso em: 01 nov. 2015.

SANTOS, César Ricardo Simoni. **A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28032013-122800/pt-br.php>> . Acesso em: 01 out. 2016.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a Modernização do Território e a Urbanização Difusa na Amazônia. **Mercator**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.93-106, 23 dez. 2015b. Mercator - Revista de Geografia da UFC. Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.4215/rm2015.1404.0007>>. Acesso em: 19 out. 2016

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades: Urbanização Difusa**, São Paulo, v. 12, n. 21, p.305-334, 2015a. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades>>. Acesso em: 22 out. 2016.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. “Crescimento Urbano e Teorias sobre o Espaço Periurbano: Analisando o Caso do Município de Araraquara (SP)”. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira & CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (orgs.). **Geografia: Ações e Reflexões**. Rio Claro, Editora da Unesp, 2006, p. 231-246.

ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Perguntas a serem aplicadas aos assentados situados nos Lotes Rurais

1. Como se encontra a organização social e espacial do AMA?
2. Você considera positiva a atual configuração do AMA? Por quê?
3. Qual a atual interação entre os lotes rurais e a agrovila?
4. Você se sente pertencente ao distrito de Mosqueiro?
5. Quais atividades você desenvolve no distrito? (frequenta igreja, mercado, feira etc.)
6. Como se dá o deslocamento para estas atividades e serviços?
7. Você acha que o AMA é bem integrado a Mosqueiro? Por quê?
8. Quais as maiores dificuldades do Assentamento?
9. Qual a sua avaliação acerca da assessoria técnica fornecida ao assentamento? Quais órgãos atuam e/ou entidades atuam no assentamento?
10. Em sua opinião, o AMA é um assentamento rural ou urbano? Na perspectiva dos lotes, você considera rural ou urbano?
11. Possui abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica?

Perguntas a serem aplicadas aos assentados situados na Agrovila

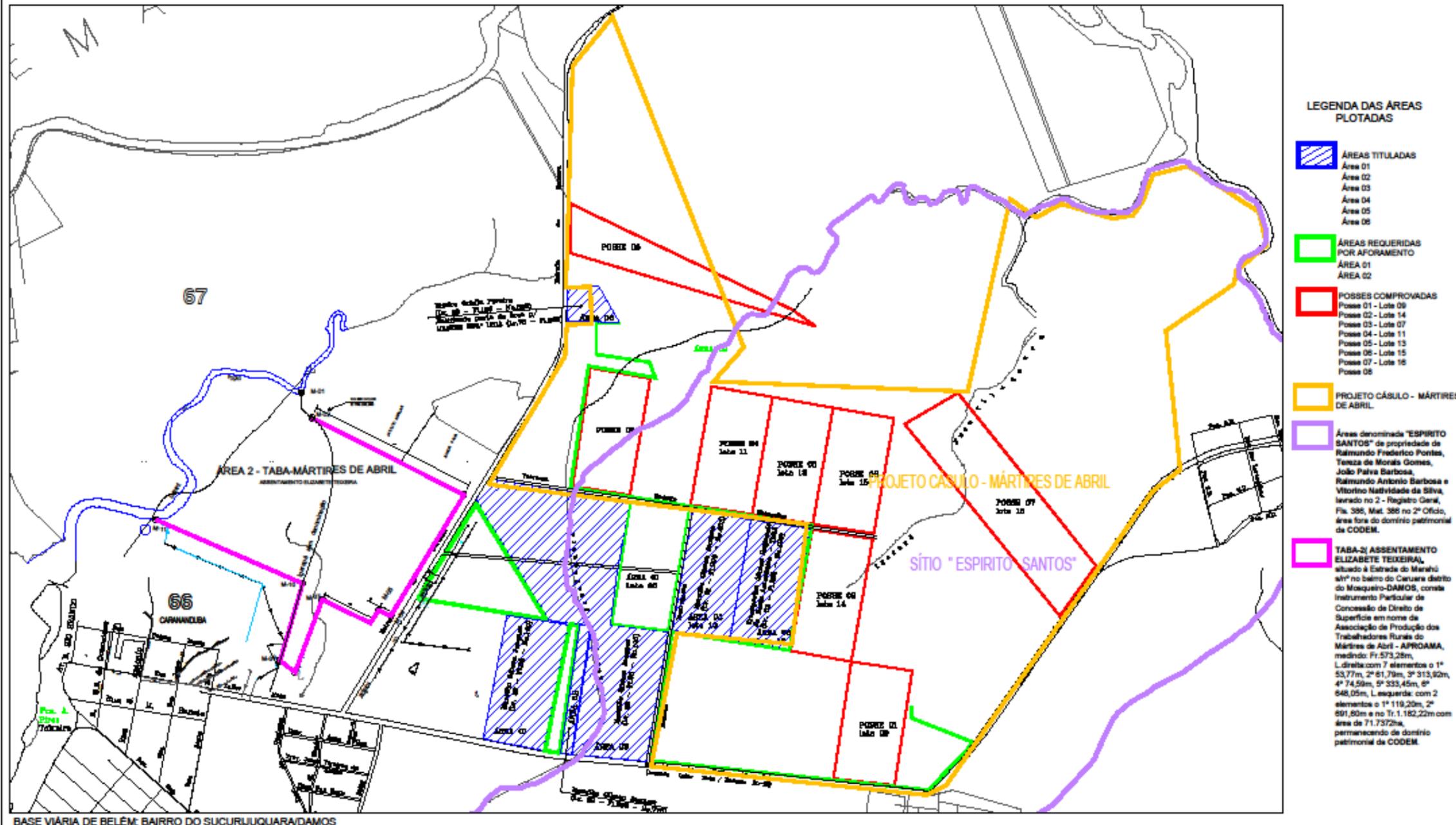
1. Qual a relação atual entre os lotes rurais e a agrovila?
2. Você desenvolve algum tipo de produção no lote da agrovila? Se desenvolver, qual a finalidade da produção?
Obs: se não desenvolver nenhuma produção rural, perguntar qual atividade desenvolve (comércio, serviços etc.)
3. Você considera o modo de vida agrovila como rural ou urbano?
4. Qual a relação entre a agrovila com Mosqueiro? Você se sente parte do distrito?
5. Quais serviços existem próximos à agrovila? (igreja, escola, comércio)
6. A agrovila possui serviços como energia elétrica e água? É fornecido pela Prefeitura? A tarifa cobrada é rural ou urbana?

ANEXO B – PLANTA DISPONIBILIZADA PELA CODEM

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM

OFÍCIO Nº 27 / 2016 / PPGAU/ITEC

ILHA DO MOSQUEIRO



BASE VIÁRIA DE BELÉM: BAIRRO DO SUCURIJUQUARA/DAMOS

PROCESSO Nº	DATA	ESCALA	BAIRRO/DISTRITO	DESENHO CAD/PESQUISA	GESTOR DA UPL
1618150/2016	25/08/2016	S/ESCALA	SUCURIJUQUARA/DAMOS	ANA LÚCIA DA C. FURTADO TEC.EDIFICAÇÕES - CREA 862 - TD	LILIAN DO SOCORRO LIMA MONTEIRO TEC.AGRIMENSURA - CREA4817-TD